

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES
NO MOVIMENTO ESTUDANTIL:
DO PASSADO AO PRESENTE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Bruna da Silva Osório

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES
NO MOVIMENTO ESTUDANTIL:
DO PASSADO AO PRESENTE**

Bruna da Silva Osório

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGP, Ênfase em Psicologia da Saúde, Área de Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM-RS, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia**.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Adriane Roso

Santa Maria, RS, Brasil

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

da Silva Osório, Bruna
A (in)visibilidade das mulheres no movimento
estudantil: do passado ao presente / Bruna da Silva
Osório.-2014.
73 f.; 30cm

Orientadora: Adriane Roso
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2014

1. psicologia social 2. movimento estudantil 3.
mulheres 4. análise documental 5. saúde I. Roso,
Adriane II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada
aprova a Dissertação de Mestrado

**A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES
NO MOVIMENTO ESTUDANTIL:
DO PASSADO AO PRESENTE**

elaborada por

Bruna da Silva Osório

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Adriane Roso, Dr^a

(Presidente/Orientadora)

Samara Silva dos Santos, Dr^a (UFSM)

Graziela Werba, Dr^a (ULBRA)

Santa Maria, 31 de março de 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente às mulheres: - Que um dia todas nós possamos viver sem culpas.

À Adriane por me deixar com mil questionamentos na cabeça e no coração. Por apoiar as minhas atividades além da dissertação. Por acreditar que fazer pesquisa é estar implicada, vivendo o que se escreve. Por fazer destes dois anos de mestrado, um grande aprendizado, com muitas leituras, discussões, vivências e paixão. Por mostrar nas suas ações a profissional ética que és – um exemplo! Por me proporcionar a mediação de um grupo de mulheres – impossível não sofrer com ‘suas’ angústias e não se alegrar com ‘suas’ conquistas (também minhas). Obrigada por ser uma mulher que pensa em nós, mulheres.

À Gabi por estar ao meu lado neste processo. Obrigada por ser minha colega de grupo e companheira de movimentos. Parabéns por ser uma mulher que luta sem medo e com muito amor, sou tua fã!

Ao Alex por topar estar com a gente! Pelas discussões e interlocuções que sempre fizemos e pelo ativista que és!

Ao Moisés, em que sempre brinquei que era meu “co” (orientador). Obrigada pelos “nortes” e por sempre me instigar. À amizade, carinho, acolhimento... Um beijo!

À minha família! Por acolherem a revolução de pensamentos e várias discussões referente ao que é ser mulher e o que é ser homem... Principalmente por mudarem atitudes e o discurso neste sentido. Ações micropolíticas funcionam! Um abraço especial à minha mãe pela pessoa incrível que és, e por topar discutir o passado, as escolhas, e o nosso lugar enquanto mulheres.

Às minhas amigas, que me ajudaram a sentir (além de ver) a importância de lutar pelo coletivo e de se afirmar feminista. Tenho orgulho de vocês e das mulheres que nós nos transformamos neste processo de mestrado. Hehe

À Graziela e Samara, obrigada pela disponibilidade e colaboração!

Às relações que construí neste período. Todas elas foram importantes para esta caminhada!

Às meninas ativistas que participaram do grupo! – Quando o elas sou eu, e o eu somos nós!

*Aos que estão ao meu lado, e se propõe a discutir e refletir como as relações de gênero são
construídas, principalmente revendo suas ações. Um beijo especial ao James, que me
mostrou que isso é possível!*

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Santa Maria

A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NO MOVIMENTO

ESTUDANTIL: DO PASSADO AO PRESENTE

AUTORA: BRUNA DA SILVA OSÓRIO

ORIENTADORA: Dr^a ADRIANE ROSO

Local e Data da Defesa: Santa Maria, 31 de março de 2014.

Esta Dissertação de Mestrado intitulada “A (in)visibilidade das mulheres no movimento estudantil: do passado ao presente”, está ancorada no projeto de nível superior “*Sexualidades e Gênero/Raça/Etnia: estudos em Representações, Relações de Poder e Políticas Públicas*”, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A mesma teve como objetivo primário conhecer a trajetória de participação de mulheres no movimento estudantil de Santa Maria/RS, prestando especial atenção às trajetórias e aos discursos voltados ao campo da saúde sexual e reprodutiva das mulheres; e como objetivos secundários buscou-se identificar como são engendradas as relações de gênero presentes nos discursos entre os participantes no movimento estudantil; conhecer as possíveis articulações do movimento estudantil com o feminista e observar as implicações dessa articulação para o campo da saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Utilizamos como perspectiva epistemológica e teórica, e para a compreensão e interpretação do objeto de estudo, a Psicologia Social Crítica, os estudos de gênero e a teoria das minorias ativas. A partir do levantamento de informações, construíram-se dois artigos. O primeiro foi intitulado “*Mulheres no movimento estudantil e mídia escrita: análise de um arquivo histórico*”, na qual objetivamos identificar como são engendradas as relações de gênero, a partir das reportagens de um jornal com circulação na região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul, no período de setembro de 1979 até dezembro de 1981. Foi utilizada estatística descritiva simples para a análise dos dados. O segundo artigo foi chamado “*O ano de 1980 a partir de um arquivo de jornal: quando as mulheres são inseridas na história*”. Realizou-se uma pesquisa documental, objetivando apresentar como são engendradas as relações de gênero nos discursos expostos em reportagens do jornal A Razão,

no ano de 1980. Como referencial metodológico foi utilizado a Hermenêutica de Profundidade (HP), proposta por Thompson (1995). Optamos em trabalhar as três fases da HP em bloco único, denominado análise de sócio-discursiva. As considerações finais apontam a ênfase, prestada pela mídia escrita em foco, no ativismo dos homens, relegando às mulheres lugares secundários e privadas de comporem o espaço público.

Palavras-Chave: Psicologia social; movimento estudantil; mulheres; análise documental.

ABSTRACT

Master Dissertation

Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Universidade Federal de Santa Maria

**THE (IN)VISIBILITY OF WOMEN IN THE STUDENT MOVEMENT:
FROM THE PAST TO THE PRESENT**

AUTHOR: BRUNA DA SILVA OSÓRIO

ADVISER: Dr^a ADRIANE ROSO

Defense Place and Date: Santa Maria, March, 31th, 2014.

This Master's dissertation entitled "The (in)visibility of women in the student movement: from past to the present", is anchored in the graduate project "*Sexualities and Gender/Race/Ethnicity: Studies in Representations, Power Relations and Public Policy*", from *Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)*. This research had as primary objective to know the trajectory of women participation in the student's movement of Santa Maria/RS, paying special attention to the trajectories and speeches directed to the field of sexual and reproductive health of women; and as secondary objectives, it was sought to identify how were engendered the gender relations of the discourse between the participants in the student's movement; as well as know the possible "articulations" of the student's movement with the feminist, and observe the implications of this articulation to the field of sexual and reproductive health of women. It was used, as an epistemological and theoretical perspective, and to understand and interpret the object of study, the Critical Social Psychology, gender studies and the theory of active minorities. From the survey information, it was elaborated two manuscripts. The first one was titled "*Women in the student movement and the writing media: Analysis of a historical archive* ", which aimed to identify how were engendered gender relations, reporting from a newspaper with circulation in the midwestern region of Rio Grande do Sul State, in the period between September 1979 to December 1981. The simple descriptive statistic was employed for data analysis. The second article was named: "*The year of 1980, from a newspaper archive: when women are placed in the history*". It was carried out a documental research, aiming to present how were engendered the gender relations in

exposed discourses in the reports of the newspaper "*A Razão*", in 1980. As the methodological referential, it was used the Depth Hermeneutics (DH), proposed by Thompson (1995), in which it was chose to work the three phases of DH as a single block, nominated as socio-discursive analysis. The conclusions point out the emphasis given by the writing media in focus, to the men's activism, relegating the women to secondary and private places in the public space composition.

Keywords: Social psychology; student movement; women; documental analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
ARTIGO 1 – MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL E MÍDIA ESCRITA: ANÁLISE DE UM ARQUIVO HISTÓRICO	18
ARTIGO 2 – O ANO DE 1980 A PARTIR DE UM ARQUIVO DE JORNAL: QUANDO AS MULHERES SÃO INSERIDAS NA HISTÓRIA	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

Entendemos que a pesquisa em Psicologia Social parte da implicação do sujeito pesquisador com o objeto de estudo. Assim, desenvolvemos a pesquisa “A *(in)visibilidade das mulheres no movimento estudantil: do passado ao presente*”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) sob número (CAAE 12666413.0.0000.5346), tendo como objeto de estudo o movimento estudantil e a participação das mulheres.

Utilizamos como perspectiva epistemológica e teórica a Psicologia Social Crítica (PSC), respondendo e/ou questionando o modo de ver o mundo, na qual Guareschi (2012) diz que se centra na relação entre o ser humano e a sociedade, mostrando que não há um sem o outro. Para compreensão e interpretação do objeto de estudo, a teoria das minorias ativas e os estudos de gênero nos auxiliaram nesta investigação. Temos em vista que a escolha do referencial metodológico vem dizer da forma como interpretamos o entendimento do cotidiano.

Os movimentos sociais são frutos dessas tensões existentes entre os sujeitos e os grupos. Partem de expectativas, sonhos, aspirações de pequenos grupos. Moscovici (2011) é um dos autores do campo da Psicologia Social que questiona os movimentos de mudanças sociais e comportamentos coletivos referentes a uma *minoria ativa* que ocasiona uma influência social frente ao comportamento da *maioria*. A teoria das minorias ativas, proposta por ele, vai nos dar base para questões que instigam esta investigação. Quando falamos em *minorias*, não estamos fazendo referência à quantidade numérica, e sim, “à desigualdade na distribuição de poder, à lógica da dominação” (p. 21). O termo *maioria* é utilizado para se referir a qualquer grupo de pessoas que controle a maior parte de recursos econômicos, de status e de poder, estabelecendo assim relações injustas com as *minorias*.

Moscovici (2011) afirma que uma *minoria* pode ser passiva – *anômica e ortodoxa* (pró-normativa) e ativa – *nômica e heterodoxa* (contranormativa). As *minorias anômicas*, são “indivíduos ou subgrupos definidos por sua referência à norma ou à resposta do sistema social mais amplo, porque o grupo ao qual pertencem não possui normas e respostas próprias” (p. 81). Relacionamos os sujeitos que participam de movimentos sociais como *minorias nômicas*, “que adotam uma posição diferente por contraste ou por oposição ao sistema social mais amplo” (p. 81). Elas oferecem algo novo (informação, argumentos, comportamentos) ao grupo, “apresentam uma perspectiva diferente e, por isso, provocam um conflito que pode

levar um grupo a mudar” (p.84), podem modificar as opiniões e normas de uma maioria independente de seu poder ou de seu status. Para que ocorra esta modificação, o psicólogo propõe cinco estilos de comportamentos essenciais ligados diretamente com os fenômenos de influência: o esforço, a autonomia, a consistência, a rigidez, e a equidade.

O interesse em pesquisar sobre os movimentos sociais, especificamente sobre a trajetória de participação das mulheres no movimento estudantil, deve-se a inquietações das pesquisadoras nos processos que levam algumas pessoas a estarem à frente de alguns movimentos e outras não. Enfatizamos a participação enquanto ativistas em movimentos sociais como o estudantil e o feminista, buscando pensar na perspectiva coletiva e do pouco avanço das mulheres, principalmente no que se refere a esfera pública. Em vários espaços, as pesquisadoras puderam perceber a inequidade de gênero presente no seu cotidiano, como dentro dos próprios movimentos, coletivos, organizações, conselhos – de direitos e de classe. Estas experiências oportunizaram também a visibilidade de possibilidades e estratégias de ser uma atora social em prol às melhores condições de vida da população e referente ao trabalho no coletivo.

Ainda, tendo a autora desta dissertação ingressado no mestrado, através do Grupo de Pesquisa “*Saúde, Minorias Sociais e Comunicação*”- SMIC, foi possível trabalhar em um projeto de pesquisa e extensão, intitulado “O grupo como dispositivo para o empoderamento” (contemplado pelo Edital MCT/CNPq Nº 014/2010 – Universal), que foca diretamente nas problemáticas de saúde das mulheres. Este projeto oportunizou a mediação de um grupo de mulheres com o objetivo de empoderamento das mulheres e com foco nos direitos sexuais e reprodutivos. O que se observa nesse projeto é que as mulheres chegavam ao grupo portando muito sofrimento e sentindo-se sozinhas. À medida que participavam, iam se fortalecendo e mudando seus modos de se relacionarem com o companheiro, com os membros de suas famílias, com outras mulheres, e percebendo que os discursos apresentados das ações cotidianas eram enraizados por um sistema machista. Além disso, elas perceberam que muitas vezes naturalizamos culpas, ações e responsabilidades como sendo especialmente, para não dizer, exclusivamente, das mulheres, principalmente no que diz respeito ao privado como a casa, família e filhos.

Esse processo, é claro, tem um tempo próprio e, muitas vezes, não é tão explícito, porém a transformação se faz valer nas entrelinhas das seqüências discursivas do grupo. Todavia, ainda não se observa nesses grupos um direcionamento ao coletivo. Isto é, não há um investimento na luta pelos direitos do coletivo ou na “conscientização”, no sentido Freireano. A conscientização permite aos indivíduos se apropriarem criticamente da posição

que ocupam com os demais no mundo. Esta apropriação crítica os impulsiona a assumir o verdadeiro papel que lhes cabe como sujeitos da transformação do mundo, com a qual se humanizam (FREIRE, 1983). Essa falta de investimento na conscientização é uma tática derivada da cosmovisão predominante na nossa sociedade, que é a cosmovisão individualista-liberal, “a qual estimula a produção de indivíduos sujeitados a uma ética liberal e desumanizadora” (ROSO, 2007, p.81). Este processo de pensar de forma individualizada no grupo, nos instigou a estudar por que algumas mulheres participam de movimentos coletivos e outras não. Por que algumas mulheres conseguem ir além do empoderamento (nível individual) e outras avançam em direção à conscientização.

O foco nas mulheres justifica-se porque, ao longo da história, apesar de terem conquistado direitos e posições sociais antes inimagináveis (e.g., votam, são eleitas para cargos políticos, assumem cargos de chefia, estudam em universidades), esse acesso ainda é para poucas mulheres. As relações de gênero continuam injustas, gerando muito sofrimento em muitas mulheres. Esse sofrimento psíquico, no mundo atual, é um fenômeno crescente que assume várias faces. O sofrimento psíquico das mulheres, na teorização de Villella (1992), está associado, predominantemente, às pressões que a desigualdade de gênero exerce sobre as mulheres, e segundo Giffin (1999), uma das maneiras encontradas para lutar contra essa desigualdade foram as lutas pela emancipação da mulher, começando com grupos de reflexão, substituindo o isolamento do indivíduo pensante pela “formação de uma coletividade com uma práxis” (p.81).

Conhecer como mulheres movimentam-se, ou não, em direção à acomodação, à resistência e à inovação, conhecer como mulheres conseguem influenciar outras mulheres a movimentarem-se são indagações das pesquisadoras, que a partir de suas experiências pessoais, visualizaram no movimento estudantil (ME) uma forma de conhecer estas questões. Quando falamos (*ME*), no singular, não estamos ocultando a existência de diferentes movimentos estudantis, nem mesmo as tensões que possam existir entre estes, mas estamos falando de um grande movimento histórico e de influência social, que merece destaque na sua totalidade.

Sendo assim, percebemos que as assimetrias e inequidades entre homens e mulheres, pertencem a uma estrutura social, baseada em uma cultura machista, confirmadas por manifestações não apenas de diferenças individuais, mas diferenças coletivas e duráveis em termos de distribuição e acesso a recursos, poder, oportunidades e possibilidades de realização. Neste sentido, partimos da data setembro de 1979, pois, segundo a União Nacional dos Estudantes (UNE) (2013) teve como marco principal a reconstrução da UNE. Neste ano, a

ditadura começa a dar sinais de derrota, e com a fragilidade do regime, é possível tentar voltar à legalidade por meio do 31º congresso da entidade, conhecido como o “congresso de reconstrução da UNE”. No mesmo ano, em setembro, ocorreu o Congresso de reconstrução da União Estadual dos Estudantes (UEE) do RS, em Porto Alegre, e no mês de março do ano de 1980, ocorreu o segundo Congresso da entidade em Santa Maria/RS. A partir destes eventos iniciou-se um novo momento para o movimento estudantil, com a deliberação de a UEE ser uma entidade apartidária, autônoma, independente e a única entidade representativa dos estudantes do RS (PETRÓ, 2011). Em 1980, a primeira mulher compôs a direção do DCE UFSM, Nádyá Pesce da Silveira.

A pesquisa teve como objetivo primário conhecer a trajetória de participação de mulheres no movimento estudantil, prestando especial atenção às trajetórias e aos discursos voltados ao campo da saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Como objetivos secundários, buscou-se identificar como são engendradas as relações de gênero presentes nos discursos entre os participantes no movimento estudantil; conhecer as possíveis articulações do movimento estudantil com o feminista e observar as implicações dessa articulação para o campo da saúde sexual e reprodutiva das mulheres.

O lugar que as mulheres ocupa(ra)m nos movimentos sociais é uma questão que move os interesses de estudo do SMIC. O grupo tem, dentre outros, o objetivo de analisar os discursos produzidos em instituições de saúde e nos meios de comunicação e suas inter-relações com a cultura de massa, visando delinear uma crítica sobre os modos de subjetivação nas sociedades de consumo pós-panópticas. Atenta-se, em especial, aos discursos produzidos em relação às minorias sociais, como mulheres, negros, indígenas, usuários de drogas, portadores de doenças estigmatizadas e outros grupos que sofrem mais acirradamente preconceitos e são cotidianamente discriminados. Este grupo desenvolve uma pesquisa guarda-chuva, a qual a referente pesquisa apresentada está lincada, intitulada “*Sexualidades e Gênero/Raça/Etnia: estudos em Representações, Relações de Poder e Políticas Públicas*”, registrado no gabinete de projetos do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) sob número (GAP/CCSH N. 028440) da UFSM. Esta pesquisa maior tem como objetivos e metas planejar e desenvolver pesquisas e atividades de extensão nas áreas da saúde, da saúde sexual e reprodutiva, dos direitos sexuais e reprodutivos na pós-modernidade à luz da Psicologia Social, tomando como norte as categorias analíticas gênero/raça/etnia.

Tentamos articular o objetivo primário e os objetivos secundários apresentando dois artigos, frutos desta pesquisa. Portanto, os capítulos que seguem serão os resultados empíricos entretecidos com o referencial teórico do referido estudo. No primeiro artigo

intitulado “*Mulheres no movimento estudantil e mídia escrita: análise de um arquivo histórico*”, objetivamos conhecer esta trajetória de participação, a partir das reportagens do Jornal A Razão com circulação na região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul, no período de setembro de 1979 até dezembro de 1981. Tentamos trabalhar um dos objetivos secundários, que foi identificar como são engendradas as relações de gênero. Foi utilizado estatística descritiva simples para a análise dos dados, onde procurou-se uma vinculação do método com o referencial teórico, na qual, segundo Guareschi (2003), levamos em conta o postulado de que o significado dos números depende da natureza do material empírico e da linguagem da descrição. Paralelamente à apresentação dos dados quantitativos, buscou-se questionar o que os dados estavam (e continuam) dizendo, independente se estão explicitamente colocados em números.

O segundo artigo foi chamado “*O ano de 1980 a partir de um arquivo de jornal: quando as mulheres são inseridas na história*”. Realizou-se uma pesquisa documental, objetivando apresentar como são engendradas as relações de gênero nos discursos expostos em reportagens do jornal A Razão, no ano de 1980. Como referencial metodológico foi utilizado a Hermenêutica de Profundidade (HP), proposta por Thompson (1995), em que optamos em trabalhar as três fases da HP em bloco único, denominado análise de sócio-discursiva.

Segundo o próprio jornal, A Razão (2013) é um jornal regional e o mais antigo em atividades em Santa Maria, desde 1934. Atualmente, circula em 40 municípios do Centro e da Fronteira-Oeste do RS, bem como em Porto Alegre. Com tiragem média de dezenas de milhares de exemplares, 90% da circulação é proveniente de assinaturas. Os leitores estão distribuídos, em sua maioria, entre as classes A e B, mas a publicação também é procurada pelas demais camadas sociais devido às temáticas abordadas, que incluem assuntos de cunho comunitário e regional, bem como eventos narrados pelos colunistas envolvendo o contexto social. Foi fundado dia 9 de outubro de 1934 pelo jornalista Clarimundo Flores, e a partir de 1943, o jornal passou a pertencer à cadeia dos Diários e Emissoras Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand. Com o final da Segunda Grande Guerra, em 1945, a cobertura voltou-se aos temas locais e regionais. Em 1982, o jornal foi adquirido pelo jornalista Luizinho de Grandi e sua esposa Maria Zaira de Grandi, época em que foi constituída a Empresa jornalística De Grandi Ltda. A partir de 21 de agosto de 1986, teve início uma nova etapa, com a inclusão do noticiário estadual, nacional e internacional. No dia 5 de março de 1988, o diretor Luizinho de Grandi foi assassinado em um assalto. Mesmo em luto, Maria Zaira de Grandi assume a direção e continua o processo de modernização. A

informatização da redação ocorreu em 1994. Quatro anos mais tarde, a impressão colorida e a fotografia digital foram introduzidas. Essas mudanças motivaram a alteração do projeto gráfico.

Ainda no início dos anos 2000, o jornal começou a publicar integralmente a sua versão digital na internet, período, também em que foi introduzido o site www.arazao.com.br. O jornal foi importante para o ME em SM, apesar de seus discursos, sustentarem, muitas vezes, elementos culturais patriarcais e relações de gênero não equitativas, conforme mostraremos nos artigos, porém, ainda assim, abrem um espaço e se interessam por falar do ME. Esta pesquisa só foi possível, pois o jornal abriu suas portas para as (os) pesquisadoras (es), em que tínhamos livre acesso à sala de arquivo da instituição.

Dentre as análises realizadas percebemos que uma hierarquia patriarcal está inserida na sociedade e perpassa a política, o que faz com que as mulheres sejam excluídas de espaços de poder. Além disso, mesmo as mulheres tendo algum prestígio dentro do grupo, quem toma a decisão final e anuncia para o público é predominantemente os homens. As mulheres relacionadas com o ativismo ultrapassam o nível individual/familiar e avançam em direção a um projeto coletivo, mas mesmo assim, ainda muitas ficavam em segundo plano neste espaço (ou em todos os espaços?).

No final do presente estudo, são apresentadas as considerações finais, que trazem conclusões transversais do estudo, principalmente da ênfase prestada pela mídia escrita no ativismo dos homens, como se eles fossem os principais responsáveis pela influência social e pela transformação da sociedade.

ARTIGO 1

MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL E MÍDIA ESCRITA: ANÁLISE DE UM ARQUIVO HISTÓRICO

RESUMO

Desenvolvemos uma pesquisa documental, intitulada “*A (in)visibilidade das mulheres no movimento estudantil: do passado ao presente*”, na qual objetivamos conhecer a trajetória de participação de mulheres no movimento estudantil (ME), focando em identificar como são engendradas as relações de gênero, a partir das reportagens de um jornal com circulação na região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul, no período de setembro de 1979 até dezembro de 1981. Levantamos o total de 296 reportagens, na qual 195 se referiam ao ME. Destas 195, apenas 33 contemplavam a categoria mulheres, representando 16,92%. Essas 33 reportagens constituem o corpus analítico neste artigo. Foi utilizada estatísticas descritiva simples para a análise dos dados. Ainda, buscando avançar uma discussão qualitativa dos dados, recorreu-se à perspectiva da Psicologia Social Crítica, aliada à teoria das minorias ativas e aos estudos de gênero. Projetamos alguns analisadores que nos revelaram uma construção das relações de gênero baseada em um sistema machista, onde as mulheres ainda são privadas de comporem o espaço público e/ou a esfera pública. A ênfase prestada pela mídia escrita em foco continua sendo no ativismo dos homens, como se eles fossem os principais responsáveis pela influência social e pela transformação da sociedade.

Palavras-chave: Psicologia social; movimento estudantil; mulheres; análise documental.

WOMEN IN THE STUDENT MOVEMENT AND THE WRITING MEDIA: ANALYSIS OF A HISTORICAL ARCHIVE

ABSTRACT

It was developed a documentary research, titled "*The (in)visibility of women in the students movement: from past to present*", in which it was aimed to know the participation trajectory of women in the students movement (SM), focusing on identifying how the gender relations are engendered, reporting from a newspaper with circulation into the midwestern region of Rio Grande do Sul State, covering the period between September of 1979 to December of 1981. It was surveyed a total of 296 reports, in which 195 referred to the SM. Of these 195, only 33 were contemplating the category women, representing 16.92%. Therefore, these 33 newspaper reports constituted the analytical corpus of this article. The simple descriptive statistic was used for the analysis of the data. Additionally, in order to achieve a qualitative discussion of the data, we resorted to the perspective of critical social psychology, allied to the active minorities theory, and gender studies. We designed some analyzers, which revealed a gender relation construction based on a sexist system, where women are still deprived of compose the public space and/or the public sphere. The emphasis given in the writing media, in focus, still remains on the activism of men, as if they were in charge for the social influence and society transformation.

Keywords: Social Psychology; student movement; women; documental analysis.

INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto que a sociedade é constituída e construída através de relações sociais. Estas são vistas como um “jogo de forças” e em constante tensão e evolução, o que provoca conflitos entre pessoas ou grupos de pessoas com diferentes interesses (Guareschi, 2010). Entendemos que os *movimentos sociais* são frutos das tensões, que partem de expectativas, sonhos, aspirações de pequenos grupos.

Moscovici (2011) é um dos autores do campo da Psicologia Social que questiona os movimentos de mudanças sociais e comportamentos coletivos referentes a uma *minoría ativa* que ocasiona uma influência social frente ao comportamento da *maioría*. A teoria das minorias ativas, proposta por ele, vai nos dar base para questões que instigam esta investigação. Quando falamos em *minorias*, não estamos fazendo referência à quantidade numérica, e sim, “à desigualdade na distribuição de poder, à lógica da dominação” (p. 21). O termo *maioría* é utilizado para se referir a qualquer grupo de pessoas que controle a maior parte de recursos econômicos, de status e de poder, estabelecendo assim relações injustas com as *minorias*.

Moscovici (2011) afirma que uma *minoría* pode ser passiva – *anômica e ortodoxa* (pró-normativa) e ativa – *nômica e heterodoxa* (contranormativa). As *minorias anômicas*, são “indivíduos ou subgrupos definidos por sua referência à norma ou à resposta do sistema social mais amplo, porque o grupo ao qual pertencem não possui normas e respostas próprias” (p. 81). Relacionamos os sujeitos que participam de movimentos sociais como *minorias nômicas*, “que adotam uma posição diferente por contraste ou por oposição ao sistema social mais amplo” (p. 81). Elas oferecem algo novo (informação, argumentos, comportamentos) ao grupo, “apresentam uma perspectiva diferente e, por isso, provocam um conflito que pode levar um grupo a mudar” (p.84), podem modificar as opiniões e normas de uma maioria independente de seu poder ou de seu status. Para que ocorra esta modificação, o psicólogo propõe cinco estilos de comportamentos essenciais ligados diretamente com os fenômenos de influência: o esforço, a autonomia, a consistência, a rigidez, e a equidade.

Segundo Guareschi (2010), a criação de conflito, as práticas de comportamentos específicos e os processos de influência de mudança propostas por Moscovici são base para que os movimentos sociais possam mostrar as contradições que, muitas vezes, são ‘escondidas’ pelas *maiorias* dominantes. Moscovici (2011) coloca um “ponto médio”, na qual seria a “frequência” certa da ação para obter um resultado, pois quando uma *minoría nômica*

se torna extremista, as possibilidades de influenciar a *maioria* diminuem.

Os termos *maioria* e *minorias* são mutuamente interdependentes e definidos através das relações de poder (ROSO et al, 2002). O fenômeno do poder é, na maioria das vezes, não percebido, porém está em todas as esferas do cotidiano. Há dois modos de compreensão, o poder enquanto uma capacidade individual e o poder como *relação*. Da capacidade individual, o poder é visto como recurso, de se poder fazer algo, de ser capaz. O poder como relação, necessita do outro para algo ser, porém pode ser visto de uma forma que ou eu estou tirando o poder de alguém, ou estou delegando meu poder a alguém. Quando as relações de poder são sistematicamente assimétricas, podemos considerar uma situação de *dominação*. Essa assimetria acontece quando indivíduos ou grupos possuem um poder de maneira estável, de modo que exclua outros indivíduos ou grupos (ROSO; GUARESHI, 2007; THOMPSON, 1995). Nesses casos, podemos falar de indivíduos ou grupos que têm acesso parcial a recursos, ou ocupam posições secundárias, não tão valorizadas na sociedade.

Dentre as *minorias*, encontramos as *mulheres*, as quais, embora em maior número na maioria dos países, podem ser consideradas uma *minorias social*. Há muitos indícios que comprovam essa tese. Um estudo envolvendo os países da União Europeia indica que as mulheres continuam a ganhar, em média, 17,4% menos do que os homens a cada hora de trabalho, a divisão das responsabilidades familiares continua a ser bastante desigual entre as mulheres e os homens, o risco de pobreza é mais elevado para as mulheres do que para os homens e elas continuam a estar sub-representadas em cargos de decisão econômica e política, ainda que a proporção de mulheres a desempenhar estes cargos tenha aumentado na última década (EURODYCE, 2010).

Os movimentos estudantis, da mesma forma que os das mulheres, das feministas, dos camponeses, dos indígenas, rurais, urbanos, negros, de diversidade sexual e afetiva, e muitos outros, são movimentos sociais, por mais que cada um tenha sua especificidade de luta. Em um mesmo movimento existem perspectivas e diretrizes diferentes, portanto, quando falamos *movimento estudantil (ME)*, no singular, não estamos ocultando a existência de diferentes movimentos estudantis, nem mesmo as tensões que possam existir entre estes, mas estamos falando de um grande movimento histórico e de influência social, que merece destaque na sua totalidade.

O ME sempre esteve presente em momentos cruciais da história política do país (GOHN, 2010). Um dos destaques que Bringel (2009) faz é o uso do termo “movimento”, em que, na maioria das vezes, é utilizado quando um grupo de estudantes se mobiliza. O emprego deste termo pode levar a uma confusão de entendimentos entre ação coletiva (protesto isolado

referente a algo) *versus* movimento social/estudantil (protesto articulado referente a algo). Além disso, o mesmo autor destaca que para ser considerado um ME, deve-se articular uma série de elementos mínimos que também estão presentes nos demais movimentos sociais: “definições de reivindicações, demandas e objetivos coletivos; exposição dessa problemática e interlocutores políticos por meio de diferentes estratégias e repertórios de ações coletivas; mínima organização com certo grau de continuidade no tempo; trabalho comum que leva à construção de uma identidade coletiva” (p. 102).

Pode-se dizer que o ME tem seu início, em 1901, quando é criada a Federação dos Estudantes Brasileiros. Em 1910 é realizado o I Congresso Nacional de Estudantes, em São Paulo. Com o crescimento da industrialização e das cidades, os estudantes também cresceram em número e importância, e desde então sempre estiveram envolvidos com as principais questões do país. A Revolução de 1930 foi um momento na história que levou os estudantes a atuarem politicamente e desejarem formar uma única entidade representativa e legítima, para promover a defesa da qualidade de ensino, do patrimônio nacional e da justiça social (UNE, 2013).

A partir do século XX, começou a tomar corpo a proposta de uma articulação estudantil em nível nacional, que conseguisse centralizar e impulsionar as diversas lutas estudantis e políticas que eram encaminhadas pelos estudantes nos diversos pontos do país. A União Nacional dos Estudantes (UNE) nasce a 11 de agosto de 1937 no Rio, durante a realização do primeiro Conselho Nacional de Estudantes (CNE). Ela surge em um momento de refluxo dos movimentos populares, de derrota do proletariado e dentro da política corporativa de Getúlio Vargas. A UNE só foi reconhecida formal e oficialmente em dezembro de 1938 no II CNE (VECHIA, 2011), e o primeiro presidente oficial da entidade foi o gaúcho Valdir Borges, eleito em 1939 (UNE, 2013). A União Estadual dos Estudantes (UEE) do Rio Grande do Sul surgiu em 1934, antes, portanto, do próprio surgimento da UNE (VECHIA, 2011).

A sede da UNE foi invadida e incendiada em 1964, em uma das primeiras ações da ditadura militar brasileira, na noite de 31 de março para 1º de abril. O regime retirou legalmente a representatividade da UNE, mas apesar da repressão, a entidade continuou a existir a sombras (UNE, 2013). É em 1976 que surge o primeiro Diretório Central dos Estudantes (DCE)-livre do Brasil pós 68, o DCE-livre Alexandre Vannuchi Leme, da Universidade de São Paulo (VECHIA, 2011).

A primeira representação estudantil, em Santa Maria, foi a FEUSM (Federação de Estudantes Universitários de Santa Maria), mesmo antes do DCE UFSM. Em 1964 foi

mandado um pedido para o Ministro da Educação e Cultura Suplicy de Lacerda para realizar eleições diretas para as entidades de representação estudantil, e a partir da Lei Suplicy foi transformada as Federações de Estudantes em DCEs. Em 1965 teve a primeira eleição direta para DCE na UFSM (LIMA, 2013). Em meio a várias buscas, em documentos, sites, artigos, sobre o surgimento do DCE-UFSM, essa foi a única informação que tivemos acesso. Acreditamos que esta falta de informações sobre o ME, em geral, se dá por uma característica própria do movimento, em “apagar” seus arquivos, uma vez que, grande parte da mobilização foi em tempos do golpe militar. Como forma de proteção, muitos documentos sobre o ME foram extraviados e desaparecidos.

O ano de 1979 teve como marco principal a reconstrução da UNE. Neste ano, a ditadura começa a dar sinais de derrota, e com a fragilidade do regime, é possível tentar voltar à legalidade por meio do 31º congresso da entidade, conhecido como o “congresso de reconstrução da UNE”. Este foi realizado no dia 30 de maio de 1979, no Centro de Convenções da Bahia/Salvador e reuniu 8 mil estudantes de todo o país, em que foi eleito presidente, o baiano Rui César Costa Silva. A restauração da UNE teve um papel significativo para a organização do movimento estudantil na época, além de mostrar a auto-organização dos estudantes neste período (UNE, 2013).

No mesmo ano, em setembro, ocorreu o Congresso de reconstrução da União Estadual dos Estudantes (UEE) do Rio Grande do Sul (RS), em Porto Alegre, e no mês de março do ano de 1980, ocorreu o segundo Congresso da entidade em Santa Maria/RS. A partir destes eventos iniciou-se um novo momento para o movimento estudantil, como a deliberação de a UEE ser uma entidade apartidária, autônoma, independente e a única entidade representativa dos estudantes do RS (PETRÓ, 2011). Em 1980, a primeira mulher compôs a direção do DCE UFSM, Nádyá Pesce da Silveira. Segundo reportagem no site da UFSM (2013), a maior luta nesta época era para não fechar o restaurante universitário, pela horizontalidade nas eleições para reitor, pelo término das obras da Casa dos Estudantes e pela diminuição da tarifa de ônibus que era mais cara nas linhas que iam para a universidade.

Nos anos 1980, os movimentos lutavam para ter “direito a ter direitos” (GOHN, 2010). No Brasil e em outros países da América Latina, neste período, ficaram conhecidos os movimentos sociais populares principalmente em oposição aos regimes militares. Estes contribuíram decisivamente para a conquista de vários direitos sociais no Brasil, que foram registrados em leis na Constituição de 1988 (GOHN, 2011).

O lugar que as mulheres ocupa(ra)m nos movimentos sociais é uma questão que move os interesses de estudo do Grupo de Pesquisa *“Saúde, Minorias Sociais e Comunicação”*

(SMIC). O grupo tem, dentre outros, o objetivo de analisar os discursos produzidos em instituições de saúde e nos meios de comunicação e suas inter-relações com a cultura de massa, visando delinear uma crítica sobre os modos de subjetivação nas sociedades de consumo pós-panópticas. Atenta-se, em especial, aos discursos produzidos em relação às minorias sociais, como mulheres, negros, indígenas, usuários de drogas, portadores de doenças estigmatizadas e outros grupos que sofrem mais acirradamente preconceitos e são cotidianamente discriminados. Este grupo desenvolve uma pesquisa guarda-chuva intitulada “*Sexualidades e Gênero/Raça/Etnia: estudos em Representações, Relações de Poder e Políticas Públicas*”, registrado no gabinete de projetos do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) sob número (GAP/CCSH N. 028440) da UFSM. Esta pesquisa maior tem como objetivos e metas planejar e desenvolver pesquisas e atividades de extensão nas áreas da saúde, da saúde sexual e reprodutiva, dos direitos sexuais e reprodutivos na pós-modernidade à luz da Psicologia Social, tomando como norte as categorias analíticas gênero/raça/etnia.

Como uma ramificação da pesquisa maior, desenvolvemos a pesquisa “A (in)visibilidade das mulheres no movimento estudantil: do passado ao presente” aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSM sob número (CAAE 12666413.0.0000.5346), tendo como objeto de estudo o movimento estudantil e a participação das mulheres. Um dos objetivos da presente pesquisa foi conhecer a trajetória de participação de mulheres no movimento estudantil, prestando especial atenção às trajetórias e aos discursos voltados ao campo da saúde sexual e reprodutiva das mulheres.

No presente manuscrito, objetivamos conhecer esta trajetória de participação, a partir das reportagens do Jornal A Razão com circulação na região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul, no período de setembro de 1979 até dezembro de 1981. Tentamos trabalhar um dos objetivos secundários, que foi identificar como são engendradas as relações de gênero.

O foco nas mulheres justifica-se porque, ao longo da história, apesar de terem conquistado direitos e posições sociais antes inimagináveis (e.g., votam, são eleitas para cargos políticos, assumem cargos de chefia, estudam em universidades), esse acesso ainda é para poucas mulheres. As relações de gênero continuam injustas, gerando muito sofrimento em muitas mulheres. Esse sofrimento psíquico, no mundo atual, é um fenômeno crescente que assume várias faces. O sofrimento psíquico feminino, na teorização de Villella (1992), está associado, predominantemente, às pressões que a desigualdade de gênero exerce sobre as mulheres, e segundo Giffin (1999), uma das maneiras encontradas para lutar contra essa desigualdade foram as lutas pela emancipação da mulher, começando com grupos de reflexão,

substituindo o isolamento do indivíduo pensante pela “formação de uma coletividade com uma práxis” (p.81).

2 MÉTODO

Realizou-se uma pesquisa documental centrada em reportagens do Jornal A Razão com circulação na região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul. Utilizamos a pesquisa documental como um caminho em que procurou-se compreender e interpretar as relações que se constituíram ao longo dos anos, identificar as assimetrias, as diferenças e a divisão entre homens e mulheres. Este tipo de pesquisa, segundo Scarparo (2008), permite a ampla utilização de registros, interpretações e comentários, produzidos em diferentes épocas e de diferentes formas. Segundo Gil (2008), a técnica de busca de dados em jornais é uma forma indireta de investigação social, e como comunicações de massa, os jornais, possibilitam o/a pesquisador/a conhecer os mais variados aspectos da sociedade atual.

Na primeira etapa da pesquisa, levantamos todas as reportagens do mês de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1979 e dos anos de 1980 e 1981, que perpassavam, *a priori*, questões do movimento estudantil, a partir de uma leitura sintética do conteúdo da mesma. Os jornais estavam encardados, em sua maioria, de dois em dois meses e este material não pôde ser retirado do arquivo do jornal, então, tiramos fotos das reportagens. A seguir fizemos uma leitura analítica das reportagens, tomando a categoria mulheres como norte, estas fazem parte do nosso *corpus* empírico.

Foi utilizado estatísticas descritivas simples para a análise dos dados, onde procurou-se uma vinculação do método com o referencial teórico, na qual levamos em conta o postulado de que o significado dos números depende da natureza do material empírico e da linguagem da descrição. Paralelamente à apresentação dos dados quantitativos, buscou-se questionar o que os dados estavam (e continuam) dizendo, independente se estão explicitamente colocados em números (GUARESCHI, 2003).

Utilizamos como perspectiva epistemológica e teórica a Psicologia Social Crítica (PSC). Para compreensão e interpretação do objeto de estudo, a teoria das minorias ativas e os estudos de gênero nos auxiliaram nesta investigação. A PSC se centra na relação entre o ser humano e a sociedade, mostrando que não há um sem o outro. O social como relação, ontologicamente, contém em si, o outro, sem perder a singularidade, ele - o social, é o ‘entre’ do mundo interno e externo, individual e coletivo (GUARESCHI, 2003, 2010, 2012).

Esta perspectiva epistemológica e teórica busca, no Brasil, desde seus primórdios

pensar as relações entre as pessoas utilizando a categoria gênero como fonte de análise dos fenômenos sociais. O conceito de gênero salienta que as diferenças entre homem e mulher, são construídas socialmente, e possibilita uma compreensão renovadora e transformadora entre essas diferenças e desigualdades (STREY, 2008). Gênero é um elemento constitutivo nas relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos e também uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1989).

Buscamos fazer o exercício de visualizar as ausências, o não dito, em que se tornou tão importante quanto vislumbrar o que estava (está) presente. Sendo assim, apresentaremos os resultados obtidos, descrevendo a constituição do nosso *corpus* empírico e suas variáveis.

3 RESULTADOS

O total de 296 reportagens foram levantadas no Jornal, que constituem nosso *corpus* empírico, que *a priori* se referiam ao Movimento Estudantil (ME). Porém, após uma leitura mais criteriosa, fizemos uma nova seleção, pois nem todas as 296 reportagens se referiam diretamente ao ME. Separamos o nosso corpus empírico (296) em 04 variáveis e 01 sub-variável, expostos na Tabela 1: ME, *ME-MULHERES* (sub-variável), UFSM/estudantes, Curiosidades e Descartadas.

Das 296 reportagens, 195 se referiam ao ME, representando um total de 65,87% das reportagens. A variável UFSM/estudantes continha informações sobre a UFSM, ou sobre junção e/ou grupo de estudantes, que não possuem uma articulação contínua com o ME, 66 reportagens perpassavam estas questões, significando 22,29% do total de reportagens. 17 reportagens contemplam a variável Curiosidades, pois diz respeito às reportagens que falavam sobre mulheres, porém na perspectiva de pensar o que era ser mulher naquela época e não referente ao ME. Estas foram capturadas para uma futura análise, e representaram 5,74% do total de reportagens. Das 296 reportagem, foram descartadas 18, pois não se enquadravam em nenhum outro ponto de classificação e em sua maioria se referiam à educação de modo geral, o que representou 6,08% do total de reportagens, e contemplam a variável Descartadas.

VARIÁVEIS	1979*	1980	1981	Total	%
ME	39	67	89	195	65,87
ME-MULHERES (sub-variável)	11	10	12	33	16,92
UFSM/estudantes	03	51	12	66	22,29
Curiosidades	04	04	09	17	5,74

Descartadas	12	06	00	18	6,08
TOTAL	58	128	110	296	100

Tabela 1 – Corpus empírico.

*Set/Out/Nov/Dez/1979

Considerando nosso objetivo de pesquisa, as reportagens que compunham a variável ME foram relidas atentamente tomando a categoria de análise mulheres como norte. A variável ME foi desmembrada na sub-variável ME-MULHERES (Gráfico 1), contabilizado em 33 reportagens, 16,92% das reportagens que se referiam ao ME. Essas 33 constituem o corpus analítico neste artigo.

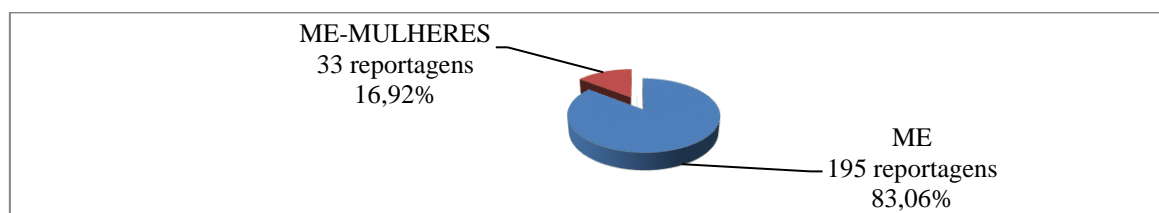


Gráfico 1 – Corpus analítico – ME- MULHERES

Retomamos o objetivo da pesquisa e realizamos nova leitura do corpus analítico. Para operacionalizá-lo de modo mais organizado, projetamos alguns analisadores, como segue: *nome próprio e posição ocupada, nome singular, instituição, e tema*. Entendemos que *analisadores* são dispositivos reveladores, das contradições de uma época, de acontecimentos, que permitem que os assuntos se transformem a partir de uma análise de decomposição, do que até então era tido como uma verdade instituída (PAULON, 2005).

Com relação ao analisador *nome próprio e posição ocupada*, observa-se que sempre o *nome próprio* de mulher era vinculado à sua ocupação profissional ou posição na sociedade. Apareceram 37 nomes de mulheres, seguidas de suas ocupações (18 mulheres acadêmicas, 17 mulheres professoras, 02 mulheres profissionais liberais). Na tabela 2, apresentamos a visualização geral do agrupamento das posições ocupadas por estas mulheres:

ANALISADOR	POSIÇÕES OCUPADAS			Total
	Acadêmica	Professora	Profissional Liberal	
N				
Quantas mulheres	18	17	02	37
%	48,65%	45,95%	5,40%	100

Tabela 2 – Agrupamento de posições ocupadas pelas mulheres

A seguir listamos os nomes e a posição ocupada por elas, conforme destacada no jornal: *acadêmicas*: Nádyá Pesce da Silveira – vice-presidente do DCE/UFSM (1979, 1980); Ana Nery – nomeação do “Diretório Acadêmico Ana Nery” (1979, 1980); Maria Elly Genro – fiscal da chapa Mutirão (1979); Joice Minuzzi, Gladis Maria Ferro – estudantes que

integravam a comissão eleitoral para as eleições do DCE (1979); Maria Letícia M. De Pelegrini (presidente da chapa), Alice E. Kruger (vice presidente e representante junto ao Conselho deliberativo do DCE), Rejane Taffe – eram representantes da chapa Unificação da Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM) para eleições de DAS (1979); Ana Rosa de Oliveira, Carla F.K. Console, Eleniza Rosato, Ivete Balem, EdaNezi Mass, Lizeti Scrimim, Terezinha Liza Faccin, Sandra M.F. Santana - mulheres que ocuparam a casa do estudante (1981); Edinara Sheffer – aluna da administração (1981); Jussara Bordin - integrava o Conselho de ensino, pesquisa e extensão (1981); **professoras**: Cecília Pires – presidente do Núcleo de Direitos Humanos (1980); Marta Fert – professora (1980); Alda Schaurich – Técnica em educação (1980); Mirian Santini – Delegada adjunta da 8ª Delegacia de Educação e Cultura (1980); Edir Lúcia Bisognin, Ieda Valci Gallina Krob, GlyciaInes Alves Doeler, Cleo Zulmira Furtado Jobim, Eremita Rosa do Nascimento, Maria Lúcia Ribeiro Flores, CecyFunck Rubin, Darcila de La Caral Castelan, Maria Nascimento Barnewitz, Lia Maria Cechella Achutti, Maria Wardereza Cazimbra Schmidt, Marta Maria Aita de Oliveira – integravam o Conselho Universitário (1981); Cleonice Fialho – presidente da Associação dos professores municipais (1981); **profissional liberal**: Mariska Ribeiro – psicóloga da Secretaria de Educação e Cultura do Rio de Janeiro (RJ) (1981); Nelci Trindade – representante da Associação Comunitária de Santa Maria (1980).

A descrição “nome por nome” apresentada por nós tem como objetivo dar destaque aos nomes destas mulheres, que de alguma forma, fizeram parte da história do ME. Especialmente porque os nomes destacados servirão à nossa análise que segue.

No total de 37 *nomes próprios* de mulheres, Nádyá Pesce da Silveira e Ana Nery, são as únicas mulheres que aparecem em mais de um ano (1979 e 1980). Contabilizando quantos *nomes próprios* aparecem *por ano*, teremos uma diferença destes 02 nomes, tendo em vista que aparecem duas vezes, totalizando 39 nomes: 08 (20,51%) nomes de mulheres aparecem em setembro, outubro, novembro e dezembro de 1979, 07 (17,94%) nomes no ano de 1980, e 24 (61,53%) no ano de 1981.

ANALISADOR NOME PRÓPRIO	1979*	1980	1981	Total
N	08	07	24	39
%	20,51	17,94	61,53	100

Tabela 3 – Classificação da quantidade de nomes próprios de mulheres que continha nas reportagens.

*Set/Out/Nov/Dez/1979

Estes 37 *nomes próprios* de mulheres estavam distribuídos em 11 reportagens nos

meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1979, 06 no ano de 1980, e 05 no ano de 1981, totalizando 22 *reportagens*. Seguindo a análise, percebemos uma desproporção na distribuição dos nomes próprios, pois 35 nomes estavam apresentados em 11 reportagens, representando 50%. Das outras 11, em 07 (31,81%) reportagens estava citado o nome de Nádyá Pesce da Silveira, e em 04 (18,18%) o nome de Ana Nery (a qual era nomeado o “Diretório Acadêmico de Enfermagem Ana Nery”).

ANALISADOR NOME PRÓPRIO	1979*	1980	1981	Total	<i>Total</i> <i>Nomes</i>	%
<i>Total de reportagens</i>	11	06	05	22	<i>Próprios</i>	100
Outros Nomes	03	03	05	11	35	50
Nadya P. da Silveira	05	02	00	07	01	31,81
Ana Nery	03	01	00	04	01	18,18
					37	

Tabela 4 – Classificação da quantidade de reportagem que continha nome próprio de mulheres.

*Set/Out/Nov/Dez/1979

O analisador *nome singular* refere-se a 15 reportagens em que era citado apenas algum termo que remetia à categoria mulher, como: sinônimo (donas de casa - 01 reportagem; delegada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - 01 reportagem), movimento feminista (01 reportagem), e moradia feminina (12 reportagens), como colocado na Tabela 5. Das 33 reportagens do corpus analítico, 22 continham *nome próprio* de mulheres, 15 continham *nomes singulares*, e apenas 04 continham os *nomes próprios* de mulheres e *nomes singulares*.

ANALISADOR NOME SINGULAR	1979*	1980	1981	Total	%
Sinônimo	00	02	00	02	13,33
Movimento Feminista	00	00	01	01	6,66
Moradia Feminina	01	02	09	12	80
Total	01	04	10	15	100

Tabela 5 – Classificação da quantidade de reportagem que continha nome singular.

*Set/Out/Nov/Dez/1979

No que se refere ao analisador *instituições*, aparecem o total de 85 instituições. Todas as instituições são citadas mais de uma vez, o que contabiliza 59 instituições citadas nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 1979, 73 instituições em 1980, e 98 instituições no ano de 1981. Apresentaremos a tabela 6 com o número de vezes que as

instituições foram citadas, agrupadas por suas especificações: representação estudantil, instituições de ensino, chapas concorrentes do DCE, repartições da universidade, assistência estudantil, instituições municipais, partidos políticos, representação dos professores/servidores, meio de comunicação.

ANALISADOR INSTITUIÇÕES	ANO			Total Citações
	1979*	1980	1981	
Instituições	59	73	98	229
Especificação	Número de citações			
Representação Estudantil	29	27	35	91
Instituições de Ensino	10	11	16	37
Chapas Concorrentes a DCE	07	06	13	26
Repartições da Universidade	11	04	08	23
Assistência Estudantil	01	05	15	21
Instituições Municipais	00	11	05	17
Partidos Políticos	00	07	00	07
Representação dos Professores/Servidores	00	00	04	04
Meio de Comunicação	00	03	00	03

Tabela 6 – Quantidade de Instituições citadas por ano e número de citações por ano.

*Set/Out/Nov/Dez/1979

Ao decorrer da análise, com o intuito de verificar quais eram os principais *temas* que perpassavam o nosso corpus analítico, relemos atentamente as 33 reportagens e encontramos neste analisador os seguintes *temas* (04): *Eleições* (DCE, DAs, Reitor – 14 reportagens – 42,42%); *Direitos das Mulheres* (moradia feminina, criação do grupo feminista germinal – 09 reportagens – 27,27%); *Ensino* (05 reportagens – 15,15%); e *Movimentos* (contra a carestia, preço das refeições dos RUs, preço das passagens do transporte coletivo, congresso da UEE – 05 reportagens – 15,15%). Apresentaremos a distribuição das reportagens da sub-variável ME-MULHERES, de acordo com os *temas* encontrados por ano.

ANALISADOR TEMAS	1979*	1980	1981	Total	%
Eleições	09	01	04	14	42,42
Direitos das Mulheres	01	02	06	09	27,27
Ensino	01	03	01	05	15,15

Movimentos	00	04	01	05	15,15
ME-MULHERES	11	10	12	33	100

Tabela 7 – Classificação dos principais temas.

*Set/Out/Nov/Dez/1979

Neste primeiro momento, apresentamos os resultados da pesquisa, através de descritiva simples de análise quantitativa. A seguir, adentraremos nas discussões, que através da perspectiva crítica, buscou-se refletir qualitativamente sobre os dados, atentando para as ausências, o não dito, que mostraram-se tão importantes, quanto vislumbrar o que estava (está) presente.

4 DISCUSSÕES

No presente manuscrito, objetivamos conhecer a trajetória de participação de mulheres no movimento estudantil, a partir das reportagens de um Jornal, em um período específico. Olhamos atentamente para como são engendradas as relações de gênero.

Na nossa análise constatamos que das 195 reportagens que se referiam ao ME, apenas 33, representando 16,92%, contemplavam a categoria mulheres. Sendo que, nestas 33 reportagens não era desconsiderado a presença da categoria homens, ou seja, os homens estão em todas as reportagens sobre o ME, e as mulheres não. Esse resultado nos leva a questionar se a parca visibilidade das mulheres na mídia acontecia porque a presidência do DCE, na época, era ocupada por um homem. Também nos questionamos se isso ocorria porque era proporcionado apenas aos homens o (um) lugar na mídia e/ou na política, ou ainda na sociedade. De acordo com Santos (2009), uma hierarquia patriarcal está inserida na política, o que faz com que as mulheres sejam excluídas de espaços de poder. A mulher pode até ser prestigiada pelas suas posições políticas dentro do grupo, mas quem toma a decisão final e anuncia ela para o resto da sociedade é predominantemente os homens.

Segundo Gohn (2010), desigualdade não é mesmo que diferença. Esta última fala da diversidade, que pode se referir a espécie, organização política, expressão cultural, etc. Consideramos a diferença, na perspectiva de diversidade, que é uma forma de vida que nunca deve ser barrada. Segundo Ferreira (2009), *equidade* é a disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um. Ainda, podemos pensar na amplitude deste conceito, que vem apurar um caminho histórico de desigualdades sociais, em busca de estratégias de equidades de direitos.

Moscovici (2011) considera que *equidade* é um dos estilos de comportamento para exercer influência social. Este estilo apresenta uma acerta solidez, na qual permite ver com facilidade a posição do agente individual ou coletivo no campo da ação social. Além disso,

este estilo leva em conta a postura dos outros, produzindo na interação com os demais, um efeito de desejo de reciprocidade e de interdependência, de uma vontade de estabelecer um diálogo autêntico. Ou seja, a equidade “significa simultaneamente a expressão de um ponto de vista particular e a preocupação pela reciprocidade na expressão de opiniões” (p.149).

A presença das mulheres em apenas 16,92% das reportagens referentes ao ME faz questionarmos se elas têm este espaço para exercer a equidade. Uma vez que este espaço não é “oportunizado”, a equidade custa a acontecer. Assim, a escolha por especificar os nomes das mulheres que aparecem nas reportagens vem com o propósito de enxergarmos quem eram estas mulheres que se movimentavam em busca de direitos. Dar certa visibilidade para as mulheres, citando seu nome próprio, juntamente com sua ocupação, faz com que elas também se tornem parte da história do movimento estudantil. Isso não quer dizer que elas não fizeram história, mas poucos nomes ficaram registrados referentes à participação no movimento. Assim como estas mulheres foram apresentadas para nós, através das reportagens, o desejo foi de apresentá-las para os leitores, como forma de reconhecimento. Essa ação em pesquisa é condizente com a proposta epistemológica de uma Psicologia Social Crítica.

Moscovici (2011) coloca que cada vez mais aumenta os indivíduos e grupos “invisíveis”, aqueles que não existem perante nossos olhos, exceto quando necessitamos deles por razões utilitaristas. O reconhecimento social e fazer-se visível aos olhos da *maioria* é uma busca das *minorias*, que

em razão dos preconceitos arraigados das pessoas e de sua inércia, em razão de seus direitos individuais ou coletivos, os fatos novos passam inadvertidos em relação à avaliação dos outros, e as novas realizações são julgadas com critério defasados. Por isto é produzida uma invisibilidade e ao mesmo tempo, uma necessidade de superá-la. (MOSCOVICI, 2011, p. 221)

A *maioria* se surpreende quando as *minorias* adquirem importância em uma esfera na qual não são consideradas qualificadas. A necessidade de reconhecimento social faz com que o indivíduo avalie seus próprios recursos, sua capacidade de agir e realizar algo frente aos outros, pois é no plano interpessoal e social que o indivíduo se torna visível e reconhecido (MOSCOVICI, 2011).

A vinculação que aparece no analisador *nome e posição ocupada* diz da conexão de reconhecimento social e esfera pública. Entendemos por esfera pública, um espaço comum a todos os membros, onde a vida se torna visível e conhecida, a partir do conceito proposto por JOVCHELOVITCH (2011). Estas mulheres adentraram o espaço público - que segundo a mesma autora, são pontos de encontro, territórios de conexão e comunicação, em que a principal característica é produzir visibilidade.

Apenas com esta inserção são capazes de produzir estratégias de ruptura da norma social vigente, mesmo considerando que a inserção das mulheres no espaço público seguiu uma lógica marcada por uma inequidade de gênero. De acordo com Scott (1989) e Heilborn et al (2010), um conjunto de fatores socioculturais são atribuídos ao corpo dos homens e das mulheres, concretizando o “feminino” e o “masculino”, significando o que é ser homem e o que é ser mulher. Essas construções são uma forma primeira de significar relações de poder, pois produzem e reforçam relações de dominação, que persistem no tempo.

Nessa perspectiva, pode-se exemplificar as relações de gênero que naturalizam como femininas as atividades de cuidado referente às mulheres, como analisados nas reportagens: *acadêmicas, professoras, e profissional liberal*. Segundo Heilborn et al. (2010), essas atividades, que são naturalizadas, passam pelo processo de aprendizagem ou de internalização referente às construções de gênero desde a infância.

Referente às *acadêmicas*, que representaram a quantidade de 18 mulheres, um total de 48,65%, percebemos que todas estavam, de alguma forma, relacionadas ao ME, seja diretamente na representação estudantil, no próprio DCE, ou conselhos, ou ainda no processo eleitoral para as eleições do DCE. Relacionamos diretamente as acadêmicas, como mulheres ativistas, que almejam encarar o mundo, as pessoas, as relações de uma forma diferente da postulada desde que nascemos – em uma cultura patriarcal, em um sistema machista; estas mulheres não almejam apenas mudar a sua vida, o seu contexto imediato.

Suas lutas ultrapassam o nível individual/familiar e avançam em direção a um projeto coletivo. Reconhecem que não basta uma mudança só para elas, mas que é preciso lutar por mudanças que beneficiem todas as mulheres. Tornam-se empoderadas para lutarem não somente pelos seus direitos, mas pelos direitos de um coletivo, influenciando e provocando mudanças no coletivo-mulher. São agentes de sua própria vida e agentes ativos do coletivo, “sujeitos reflexivos e operativos” (CAMPOS, 2009, p.44), isto é, para além de uma capacidade reflexiva-crítica, são capazes de interferir sobre fatores estruturados que as aprisionam.

As mulheres que participam de movimentos ativistas podem ter encontrado no ME uma forma de desafiar o modo dominante de definir e operar do sistema hegemônico. Segundo Hernandez (2010), o uso de diferentes suportes de protesto facilita a comunicação entre vários segmentos sociais e faz com que as linhas de ação sejam conhecidas e assumidas pela coletividade. O ativismo é construído de acordo com uma imagem da realidade, demarcação de significados coletivos e problemas sociais relevantes.

Outra profissão destacada foram as *professoras*, na qual 17 mulheres, um total de

45,95%, ocupavam este lugar, e também a maioria delas estava em posições de representação, neste caso, no Conselho Universitário. Relacionar as mulheres e o ativismo não é a garantia que estas mulheres exerçam o que Moscovici (2011) denominou de *minoría nômica*, pois *uma minoría anômica*, é capaz de obrigar o grupo a compartilhar suas atitudes e convicções, enquanto que, nas mesmas condições, uma *minoría nômica* provoca uma ruptura com as atitudes e crenças do grupo. Essa ruptura pode fazer com que essa *minoría nômica* seja rejeitada e que o resultado alcançado seja o inverso ao pretendido.

Essa constatação não diminui a importância das mulheres estarem ocupando estes lugares de luta. Em um contexto, em que a transformação da sociedade ocorre através da educação, as “mulheres” ganharam certa valorização social, no Brasil, por seu papel de “mãe” e “educadora”, o que foi um seguimento de uma cultura patriarcal.

De acordo com Matos e Borelli (2012), para dar conta desta nova demanda, era preciso formar mais mestres, portanto foram criadas as escolas normais de formação de professores, em que cada vez passaram a receber maior número de mulheres. Apesar de mistas, gradativamente, os homens abdicaram das salas de aula, e mantiveram-se em postos de maior prestígio, como direção e funções administrativas. Entre 1935 e 1980, o magistério tornou-se basicamente composto por mulheres, pois seriam mais capazes de cuidar, educar, e disciplinar as crianças. Este período chegou a ser chamado de “feminização do magistério”. Com o aumento do número de mulheres nas universidades, gerou algumas mudanças no mercado de trabalho, pois as mulheres tornaram-se economicamente mais competitivas e com capacidade de formação para atuarem em setores até então do “universo masculino”.

Porém, o cuidar segue um verbo desde sempre conjugado no feminino, como num ciclo, que é sempre a filha que cuida da mãe na velhice, ou na falta da filha, a esposa do filho que cuida da sogra. O crescimento das mulheres no mercado de trabalho percorre o caminho das profissões reconhecidas como femininas, e uma delas é a de professora (MOTTA, 2012). A presença das mulheres se concentrou nas áreas de Educação e também na das Humanas, como mostra o último destaque referente a ocupação destas mulheres, como *profissional liberal*: 01 psicóloga e 01 representante da Associação Comunitária de Santa Maria, representando um total de 5,40% das posições ocupadas.

Fazendo a conexão com os dias de hoje, segundo um estudo do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013), a psicologia brasileira é composta por uma maioria de mulheres, representando um total de 89% dos profissionais. Na época que foi realizada essa pesquisa (ano de 2012), curiosamente, o CFP tinha um homem na presidência, Aluizio Lopes de Brito, que compôs a gestão 2011-2013.

Podemos questionar que, na maioria das vezes, as mulheres ficam com cargos secundários e os homens seguem assumindo postos mais altos, mesmo em profissões em que são a maioria. De acordo com o CFP (2013), a psicologia ainda é vista como uma profissão feminina e relacionada ao cuidado, em que o feminino, para a nossa sociedade, está vinculado ao cuidado, por isso precisamos desnaturalizar a relação existente entre a mulher, a feminilidade e o cuidado.

A presença de uma representação na Associação Comunitária de Santa Maria não surpreende, pois é um tipo de participação social de mulheres que cresce na década de 1970 e nos anos 1980. Conforme Motta (2012), as mulheres que participam de movimentos de bairro, em sua maioria, são adultas de meia idade, pois já estão com mais tempo pós a criação dos filhos pequenos e estas mobilizações surgem como uma reprodução social do cotidiano. Ou seja, elas mobilizam-se como mães, esposas, donas de casa, e lutam por melhores condições de saneamento, falta de posto de saúde, conserto do teto da escola do (a) filho (a). Diferente das lutas de sindicatos e associações de classe, que seriam no âmbito da produção e/ou uma política mais “oficial” – lugares ocupados, por excelência, por homens.

As mulheres encontraram neste espaço, um lugar para fazer política e reivindicarem *a priori* suas questões. Motta (2012) coloca que as mulheres foram ousadas, em tempo de ditadura, pois falaram e desfilaram publicamente, reivindicando o Estado. Mas, na “insignificância” de serem mulheres, não representariam perigo à ordem instituída. Nesta época, as mulheres se mobilizam a partir dos seus papéis de gênero, ou justificam a mobilização através deles, pois são os que conhecem e parecem retratar suas vidas.

Com o tempo, estas mulheres vão se inserindo e construindo um novo espaço público, e um aprendizado político, podendo também interferir em uma reconstrução do espaço privado e/ou seguirem em outros espaços de mobilização social. Um destes espaços pode ter sido o movimento estudantil, onde, mesmo timidamente, as mulheres acabaram se inserindo. Como mostra na análise das reportagens, o destaque dos nomes de Nádyá Pesce da Silveira e Ana Nery, em que das 22 reportagens que continham nomes próprios de mulheres, em 11 apareçam o nome delas. Nas outras 11 reportagens aparecem 35 outros nomes de mulheres.

O que leva o nome de Nádyá Pesce da Silveira e Ana Nery serem mais citados? O nome da Ana Nery é uma homenagem feita por um Diretório Acadêmico do curso de Enfermagem, que demonstra que temos mulheres importantes na história, e o quanto é importante esta visibilidade. Mesmo Ana aparecendo como um nome representacional, e não como uma pessoa que exerce uma ação naquele momento, não se pode desconsiderar que ela exerceu ações que levaram um grupo a homenageá-la. Esta mulher, de alguma forma,

conseguiu não ser invisível.

Ana Nery foi uma mulher muito importante para a enfermagem no Brasil. Ela foi voluntária na guerra da tríplice aliança e com o dinheiro de sua família montou uma enfermaria para o exército brasileiro. Quando retornou da guerra, foi condecorada por D. Pedro II no Brasil (INSTITUTO TÉCNICO ANA NERY, 2014). A profissão de enfermagem também remete à ligação das mulheres com o cuidar, pois a “boa enfermeira” era valorizada por características tidas como femininas, como paciência, cautela, docilidade, esmero. A estruturação da enfermagem profissional no Brasil ocorreu na década de 1920, e Ana Nery foi mais uma vez homenageada, quando juntamente com iniciativas do Estado e da Fundação Rockefeller, criaram a Escola Anna Nery. Nas duas décadas seguintes, escolas de enfermagem foram instaladas em vários pontos do país (MATOS; BORELLI, 2012).

Nádyá, por sua vez, aparece com destaque, sendo a primeira mulher que compôs a direção do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), nos anos 1980. Como posto de vice-presidente, mesmo não tendo os mesmos destaques e referências que o presidente desta gestão Gilberto Lang, Nádyá, dentre as mulheres, foi uma referência (UFSM, 2013). As assimetrias nas relações de gênero são tão evidentes que temos que considerar uma conquista o fato de Nádyá poder e/ou conseguir assumir um cargo de liderança nos anos 1980. Algo que poderia ser tão natural quanto um homem estar em um cargo como este.

Como exemplo, podemos citar que das 50 gestões que a UNE teve, em apenas 05 gestões, o cargo máximo da entidade foi assumido por uma mulher. Depois de 1939 (em que foi eleito o primeiro presidente da UNE), apenas na gestão 1982-1983 uma mulher assumiu a presidência, Clara Araújo (mesma época que Nádyá era vice-presidente do DCE-UFSM). Depois, este cargo só foi de mulheres nas gestões de 1986-1987, com Gisela Mendonça, 1991-1992, com Patricia de Angelis, 2007-2009, com Lúcia Stumpf, e atualmente, gestão 2013-2015, com Virgínia Barros na presidência (UNE, 2014). Quando nos referimos à Ana, utilizamos a descrição do nome Ana apenas uma letra “n”, pois era assim que ela era denominada nas reportagens.

Das 33 reportagens do corpus analítico, em 15 reportagens era citado algum termo que remetia à categoria mulher, classificados no analisador *nome singular: sinônimo (donas de casa e delegada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)), movimento feminista, e moradia feminina*. Destas reportagens, 11 continham **apenas** algo que remetesse às mulheres, ou seja, não continham nomes próprios.

Este analisador *nome singular* foi nomeado, justamente questionando a diversidades

de “singularidades” que os sujeitos, neste caso, as mulheres podem ser. Podemos ser “dona de casa”, representantes como delegadas, ativistas no movimento feminista e lutar pela moradia feminina. Porém, o que está se construindo ou reforçando quando a mídia não coloca o nome próprio de uma mulher e a cita como “dona de casa”? Seria singular o papel de dona de casa ser ocupado por mulheres? Uma vez que o nome próprio não é mencionado, podemos conectar estes papéis “singulares” às mulheres. Olhar para a ausência de nomes próprios de mulheres em questões que falam diretamente sobre elas, como é o caso do *movimento feminista e moradia feminina*, faz considerarmos o vínculo do *nome e posição ocupada* importante, pois para acontecer o reconhecimento social, é preciso estar na esfera pública, ter visibilidade. Em outras palavras, não citar os nomes próprios de mulheres, pode ser uma estratégia patriarcal para elas não obterem a visibilidade e conseqüentemente, o reconhecimento social.

Beauvoir (1970) vem dizer que o homem que constituiu a mulher como Outro, o fato de ser homem não é uma singularidade (como a sociedade fala quando refere-se às mulheres: “isso é coisa de mulher”), um homem está no seu direito de ser homem e a mulher que está errada. “O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (p. 10). A crítica da escritora vem de uma desigualdade de condições no partilhamento do mundo, na constituição da sociedade, em que apenas pelo fato de sermos mulheres, somos “o segundo sexo”. Esta crítica vai ao encontro das construções machistas que existem na sociedade, colocadas em formas simbólicas.

As mulheres tiveram que lutar para ter seu lugar garantido no mundo do trabalho. Com a separação entre o público e o privado, e com a mudança econômica e social, as mulheres se tornaram pertencentes do espaço privado, ocupando a posição de educadora dos filhos e dona de casa (COELHO; BATISTA, 2009), e os homens, ocupantes do espaço público. Ainda, será que o lugar das mulheres está garantido, nos dias de hoje, no mercado de trabalho? E estas ocupações estão vinculadas a que tipo de profissão?

Assim, é na construção desse processo de valorização da qualificação masculina e desvalorização da produção de qualidades femininas que as relações de exploração (dadas pela condição de trabalhadora) se entrelaçam às relações de subordinação, não somente hierarquizando tais processos de formação e aquisição de habilidades, mas construindo simultaneamente uma divisão técnica e social do trabalho sobreposta à divisão sexual. (ARAÚJO et.al, 2006)

O termo “trabalho feminino” é confundido com as funções domésticas, e os cuidados, com a família e a casa. Outra percepção referente ao termo é que ele envolve as atividades com remuneração realizadas em casa, ou ainda, a participação das mulheres no mercado de trabalho. E nesta última perspectiva, o trabalho foi visto como um impedimento para as

mulheres exercerem suas “funções naturais”, como as de mãe e esposa (MATOS; BORELLI, 2012). Não podemos esquecer também, que, mesmo sendo tidas como “funções naturais” das mulheres, o serviço de casa, o cuidado com seus filhos e esposo, eram e são trabalhos, mesmo não sendo tão evidentes, até mesmo por confundir-se com os ofícios que seriam ou deveriam ser de todos.

Nesta perspectiva, Guareschi (2012) coloca sobre o processo de naturalização, ou reificação da ideologia, que seria transformar o que é cultural em natural. Estas estratégias de naturalização “é, no fundo, uma das principais armas na manutenção de situações de dominação e de acobertamento da realidade” (p. 79). Neste sentido, a cultura não é determinada, pois é a partir de relações, de pessoas, que acontece a construção de uma sociedade e de suas instituições, porém é fruto de interesses pessoais.

Esses interesses, obviamente, muitas vezes são diferentes, pois somos diferentes e pensamos diferentemente. Assim, essas relações de interesses geram conflitos. Em geral, tenta-se chegar em alguma solução, através de uma negociação que determina como tal coisa será, e de que forma. Essas determinações, que foram geradas, criadas, negociadas, se transformam numa espécie de regulamentação, legislação. Quando acontece uma materialização destes acordos, podemos chamar de *instituições*. Portanto, as instituições, “têm sua origem nas tensões existentes entre os membros e grupos de determinada sociedade” (p. 69), com a função de dar continuidade e legitimação a essa sociedade (GUARESCHI, 2012).

Os movimentos sociais também são frutos de tensões entre indivíduos e grupos, porém com uma função contrária às instituições – de fazer rupturas em modelos dominantes de sociedade. No que se refere ao analisador *instituições*, aparecem o total de 85 instituições, agrupadas por suas especificações: representação estudantil, instituições de ensino, chapas concorrentes do DCE, repartições da universidade, assistência estudantil, instituições municipais, partidos políticos, representação dos professores/servidores, meio de comunicação.

Olhar para esse vínculo do ME com as instituições serviu para relembrar o que Moscovici (2011) coloca sobre a pesquisa teórica e experimental, que considerava apenas *maiorias nômicas* e *minorias anômicas*. As primeiras se caracterizam por regras ou códigos comuns fortemente interiorizados, e como uns dos exemplos delas estão os partidos políticos e os movimentos sociais. Esta concepção é que está por traz de todo movimento social. Por exemplo, tendemos a ver um grupo poderoso e secreto que os controla. Assim, sua teoria vem como forma de fazer a ruptura desta concepção, pois as *minorias nômicas* têm capacidade de influenciar e de produzir mudanças, justamente em função de sua divergência diante da

maioria.

É importante percebermos as relações de poder constituídas entre as instituições e ME, e o quanto estes movimentos podem ser usados como “massa de manobra”, caso não exerçam a posição de *minorias nômicas*. Fazer certos questionamentos, de como são feitas estas parcerias, como estas instituições foram formadas e com que interesses, e ainda olhar para as instituições que não apareceram, como é o caso da própria UFSM, que está implícita em todas as reportagens por ser a instituições em que o DCE está alocado. Até que ponto estas instituições naturalizam formas de relações machistas e de dominação? A intenção é de plantar sementes críticas, que possam argumentar ações e construções sociais, naturalizadas no nosso cotidiano.

Se não olharmos atentamente, questões como as que encontramos no analisador *Temas*, passam despercebidas. Neste, percebemos o lugar secundário das mulheres, até mesmo na classificação dos principais temas encontrados: *Eleições* (42,42%), *Direitos das Mulheres* (27,27%), *Ensino* (15,15%), e *Movimentos* (15,15%).

Referente às *Eleições*, percebemos o destaque ao nome de Nádyá, que aparecia por ocupar uma posição na presidência do DCE-UFSM. Mesmo assim, esta posição não garantia a autonomia dela e/ou de mais mulheres no processo. Para Moscovici (2011) a autonomia deve ser tratada como um estilo relevante no comportamento. Ela vai implicar vários fatores, um deles é a independência de juízo e de atitude, na qual, vai refletir na determinação de agir com os próprios princípios. Para que ocorra essa independência é necessário também objetividade e extremismo, pois vai auxiliar a não se deixar desviar por interesses subjetivos e implicar uma atitude consciente e intransigente.

Novamente podemos questionar sobre o “espaço” ocupado pelas mulheres, agora não apenas em relação à equidade, mas também referente à autonomia. Voltamos também ao discurso que “as mulheres vem conquistando vários espaços, conquistaram o direito ao voto, ao estudo, ao trabalho, mas ainda no campo da política as mulheres são invisíveis”; esse arranjo de frase deixa evidente que estes espaços *a priori* não são das mulheres. Gohn (2010) questiona a participação das mulheres em cargos na política, se as estruturas de poder continuarem a funcionar do mesmo jeito. Temos papéis planejados por homens, para ser ocupados também por eles. As mulheres têm que introduzir modos de fazer gestão em uma base patriarcal. Além disso, uma vez discutido outros movimentos, como os identitários, se fala nos homens, por exemplo, na questão indígena, fala-se nos índios, mas as questões das indígenas não há evidência. Outra questão é onde as mulheres estão inseridas? Ainda são a maioria em Organizações Não Governamentais (ONGs), associações de bairro e comunitárias,

entidades assistenciais, organizações populares, movimentos sociais em geral, movimento feminista, organizações com a temática gênero.

O segundo tema analisado foi *Direitos das Mulheres*, representando 27,27% das reportagens. Questionamos-nos quem falava? As mulheres? Os homens? Os dois? A história foi contada, em sua maioria, por homens que citaram as mulheres e/ou questões referentes à elas. Um dos subtema de luta dentro destes direitos foi a *moradia feminina*, em que as mulheres foram protagonistas nessa luta, porém a maioria das reportagens, não cita o nome delas. A partir disso, qual a importância que essa pessoa, enquanto indivíduo e mulher, representou nas lutas do ME? Doutra maneira, muitos homens sempre eram citados, como o estudante Marcos Rolim, e que hoje ocupa uma posição reconhecida na sociedade, pois teve o seu crescimento político dentro do ME. Notamos esta invisibilidade até mesmo quando o assunto diz respeito a elas. Alguns homens defendiam a moradia às mulheres, fato importante para “conquistas” das mulheres, afinal consideramos a participação de homens e mulheres, pois falamos de relações. Porém a questão é que as protagonistas, as mulheres, não conseguiam falar sobre estes direitos. Mesmo elas sendo a maioria em números, quem se expressava na esfera pública eram os homens.

Surge certas limitações dentro dessa dita “igualdade de acesso”, se formos examinar com atenção, notaremos que todos estudantes prestam a mesma prova para o ingresso à universidade, mas após ingressar quem tinha os maiores direitos eram os homens, um exemplo é a moradia estudantil, que até meados da década de 70, era exclusiva para homens (CEU II, 2008), então as mulheres iam morar no CEU III (SCHNORR; GRZEGOREK, 2013). Pelo fato das mulheres serem barradas de morar na Casa do Estudante pelo seu sexo biológico, acreditamos que é uma limitação na equidade entre gêneros, proposta pela universidade. Isso reflete nos dias atuais, quando uma mulher é colocada num patamar de invisibilidade frente à política e outras posições.

A partir de um encontro de mulheres realizado no mês de março de 1981, em que se viu a importância de se criar um grupo que discutisse na cidade a “questão das mulheres”, em setembro de 1981, foi criado o grupo feminista *Germinal* em Santa Maria (A RAZÃO, 17/09/1981, p. 03), que contempla o tema *Direitos das Mulheres*. A inserção do movimento feminista e seus ideais no movimento estudantil é um fator fundamental para o ativismo das mulheres. Podemos entender a escassa menção ao movimento feminista se levarmos em conta que este movimento balançava a cultura e as normas da sociedade.

Os movimentos estudantis se manifestam de forma cíclica e pela retroalimentação em outros movimentos sociais (BRINGEL, 2009). Neste sentido, podemos relacionar o

movimento estudantil com o movimento feminista, pois este último também se baseia em outros movimentos sociais. Via feminismo, durante o século XIX, produziram-se mudanças conceituais, consideradas como conquistas. Vários movimentos deram início ao movimento feminista, em meados dos anos 1970, incluindo-se aí o movimento estudantil. Estes foram espaços que as mulheres puderam se manifestar, ainda que “os discursos e as práticas feministas se mantivessem caladas durante um longo tempo” (STREY, 2008, p.181).

Muitos foram os movimentos feministas e de mulheres, segundo Soibet (2012), algumas “organizações femininas” enfatizavam a imagem das mulheres como mães e donas de casa, e davam pouca ênfase na questão das mulheres no mercado de trabalho, o que seria fundamental para que se assumissem como sujeitos de sua própria história. Além disso, deixaram de lado, as desigualdades entre mulheres e homens, “não se preocupando em desenvolver uma consciência feminista no sentido estrito” (p.234).

Esta imagem de relação das mulheres como mãe, como cuidadoras, pode ter levado à relação do tema *Ensino*. Estes papéis voltados para o cuidado seja da casa, da família, do outro, em sua maioria, são desempenhados por mulheres. Segundo Rosemberg (2012), desde o final do século XX, o ideário social reconhece o magistério como profissão digna para as mulheres, se não a profissão feminina por excelência. Ou seja, na educação, as mulheres são maioria enquanto estudantes, professores e trabalhadores.

Ainda hoje, na área da educação formal, pesquisas e estatísticas têm apresentado, a predominância das mulheres. Referente ao movimento docente, as mulheres não têm visibilidade, mesmo que na área da educação a presença das mulheres seja ainda hegemônica (GOHN, 2010). Mesmo nesta área, alguns discursos como o da “guerra entre os sexos” ainda são colocados, onde vinculam uma disputa entre o desempenho de homens e mulheres, principalmente no ponto em que os homens “perdem terreno” e/ou “ficam para trás”. A verdade é que o acesso mais intenso das mulheres à educação escolar não tem garantido de fato uma igualdade de oportunidade às mulheres.

O último tema classificado se refere aos *movimentos*, que pautaram mobilizações como o movimento contra a carestia, preço das refeições dos Restaurantes Universitários (RU's), preço das passagens do transporte coletivo, e congresso da UEE. Podemos questionar que no momento em que norteamos a presença das mulheres no ME, poucos movimentos se destacaram, pois os *movimentos* encontrados através das reportagens, se referiam principalmente às reivindicações pela assistência estudantil. Ainda, não podemos esquecer que o tema *Direitos das Mulheres*, e especificamente a luta pela *Moradia feminina*, foram um dos movimentos de destaque, por falar diretamente das mulheres, mesmo elas não sendo

consideradas as protagonistas desta luta.

Até aqui, apresentamos os resultados e discussões a partir de um período em que a ditadura começa a dar sinais de derrota, em que acontece o “congresso de reconstrução da UNE”, em que a UEE é tomada como a única entidade representativa dos estudantes do RS, e em que a primeira mulher compôs a direção do DCE UFSM. O período de setembro de 1979 até dezembro de 1981 fez com que caminhássemos por nomes, posições ocupadas, instituições e temas.

Os *analísadores* delineados na nossa análise nos revelaram uma construção das relações de gênero baseada em um sistema machista, como forma de significar relações de poder e uma hierarquia patriarcal, onde as mulheres ainda são privadas de comporem o espaço público e/ou a esfera pública. Quando as mulheres ocupam este lugar, percebemos o seguimento do vínculo de mulheres e mães e das questões do cuidado com a “escolha” profissional, que podemos questionar até que ponto foi uma escolha, ou foi o lugar “propiciado” para estarmos. Uma vez “oportunizado” este lugar, o ocupamos. O lugar secundário das mulheres está ao longo da história, até mesmo em discussões em que elas deveriam ser as protagonistas, onde não são devidamente valorizadas ou consultadas. Nos inquieta o fato de “onde estão estas mulheres”? Elas conseguiram ser reconhecidas socialmente, se tornaram visíveis e protagonistas das suas falas, das suas ações, escolhas? Em meio a muitas perguntas, apresentaremos algumas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos desafios foi questionar o que os dados estavam (e continuam) dizendo, independente se estão explicitamente colocados em números. Portanto, visualizar as ausências, o não dito, se tornou tão importante quanto vislumbrar o que estava (está) presente. Não temos a pretensão de dizer que estes números representam apenas o que conseguimos descrever neste artigo, por isso eles podem continuar dizendo, falando diferentes informações, ou ainda, não significando nada. A intenção é dar o espaço para a reflexão, diálogo, e principalmente, para a construção coletiva.

Acreditamos que através da análise histórica das formas simbólicas, podemos perceber a sustentação de algumas atitudes de relações de dominação, ainda nos dias de hoje. Como coloca Thompson (1995), os “resíduos do passado” podem servir para, em algumas circunstâncias, esconder ou mascarar o presente. Afinal, a experiência humana é sempre histórica, pois quando nascemos já há algo pronto e construímos a partir disso.

Em outras palavras, até mesmo o novo, é construído sobre o que já está presente. Nesse sentido, entendemos que os sujeitos são parte de um contexto sócio-histórico e que o processo de compreensão do que acontece no presente, deve levar em conta este contexto. Isso não quer dizer que os caminhos são estáticos, pelo contrário. Queremos colocar que mesmo com uma manta de ideologias já existentes, podemos fazer pequenas rupturas e transformar certos paradigmas. Por isso quando nos referimos ao *movimento estudantil (ME)*, no singular, não estávamos ocultando a existência de diferentes movimentos estudantis, nem mesmo, as tensões que possam existir entre estes, estávamos falando de um grande movimento histórico e de influência social, que merece destaque na sua totalidade.

Em uma época em que os regimes militares governavam, algumas informações sobre o ME, ou especificamente quando e como surgiu o DCE UFSM não foram obtidas com sucesso. Consideramos que a falta de registros pode ser como uma forma de proteção do movimento, o que se tornou uma característica do mesmo, que permeia até hoje.

Percebemos que uma hierarquia patriarcal está inserida na sociedade e perpassa a política, o que faz com que as mulheres sejam excluídas de espaços de poder. Além disso, mesmo as mulheres tendo algum prestígio dentro do grupo, quem toma a decisão final e anuncia para o público é predominantemente os homens. As mulheres relacionadas com o ativismo ultrapassam o nível individual/familiar e avançam em direção a um projeto coletivo, mas mesmo assim, ainda muitas ficavam em segundo plano neste espaço (ou em todos os espaços?). Talvez o espaço em evidência das mulheres seria o privado, o do lar, da casa, da família. Nesta mesma perspectiva, refere-se a profissão em destaque das mulheres, neste período, as professoras. Profissão que por seu papel de mãe, educadora, cuidadora, as mulheres seriam competentes em realizar. Este paradigma do cuidado e da mulher como relação segue em frente na escolha de outras profissões relacionadas ao humano, por isso se concentram nas áreas da educação e humanas.

Parece-nos que as mulheres acharam a estratégia de seguir nesta relação mulheres e cuidado, para, de alguma forma, fazerem rupturas neste espaço privado para o espaço público. Como foi o caso, das mulheres que se envolveram nos movimentos de bairro, e com as suas “insignificâncias” não representaram perigo algum para a ordem instituída.

Em uma sociedade patriarcal, planejada e ocupada por homens, as mulheres tiveram que achar meios para qualquer tipo de inserção em um espaço que não fosse o da família, que também se tornou ou sempre foi uma *instituição*. Lembramos que as instituições têm a função de dar continuidade e legitimidade a essa sociedade. Assim, visualizamos que as instituições não são apenas aquelas firmadas com um espaço construído com material concreto, mas sim,

aquelas firmadas com um nome e que, mesmo não declaradas de sua estabilidade, para manter esta ordem, não devem se movimentar. Este é o caso da família patriarcal, onde os homens têm ou podem ter o espaço público, o movimento, e as mulheres são restritas ao espaço privado, e a estagnação.

Dado o exposto, quando é debatida a questão dos direitos das mulheres, notamos que na maior parte das reportagens quem estava falando sobre direito das mulheres e/ou respondendo por elas, não eram as próprias mulheres, mas sim, os homens. Nossa maior inquietação foi quanto a este espaço que está ali e não está ali, onde elas estão protagonizando algo nos bastidores, porque quem irá ganhar notoriedade na mídia será algum homem. Da mesma forma, alguns homens que eram citados nas reportagens são lembrados e referenciados até os dias de hoje pelo ativismo no ME, enquanto que as mulheres, como não tinham um espaço na mídia, acabaram por cair no esquecimento, repercutindo assim, a um não-reconhecimento pelo seu ativismo estudantil, reafirmando o lugar de segundo plano.

Por meio desta pesquisa, procurou-se compreender e interpretar as relações que se constituíram ao longo dos anos, identificar as assimetrias, as diferenças e a divisão entre homens e mulheres, focando na (in)visibilidade das mulheres nestas reportagens e em conhecer como era publicizado reportagens que envolvessem o movimento estudantil, tomando a categoria mulher como norte. Consideramos, que não tendo este norte, a história do movimento estudantil seria contada com outros detalhes, pois mais reportagens seriam inseridas, tendo em vista que a maioria delas focavam em uma visão e representação dos homens. Isso quer dizer, que colocar as mulheres como norte, considerando os fatos, não modificou a história do ME, apenas a deixou incompleta. Neste sentido, olhamos para algo que estava ali e ao mesmo tempo não estava, estava em segundo plano. Focamos em personagens esquecidos e importantes para o seguimento de um movimento, pois somos acostumados a estudar a história geral numa visão masculina, raramente acompanhamos como foi para as mulheres, e qual a participação delas nos fatos históricos. Portanto, a análise crítica dos dados que obtivemos nos mostra uma reprodução de invisibilidade das mulheres.

A ênfase prestada pela mídia escrita em foco continua sendo no ativismo dos homens, como se eles fossem os responsáveis pela influência social e pela transformação da sociedade. Sugere-se, nessa feita, que as mídias escritas desejantes de uma sociedade mais justa modifiquem seus discursos e alinhem-se também a outras formas discursivas, como é o caso dos discursos de mulheres ativistas. Ter colocado nome Nádyá e Ana em evidência foi importante, mas não suficiente. Tantas outras mulheres ativas ficaram opacas e tantas outras mulheres, minorias nômicas, que poderiam ter sido “buscadas” a falar pelo (no) jornal. Mas

será que as mídias estão dispostas a isso? Pensamos que tornar visível estas mulheres ativistas no ME seria um esforço que valeria a pena e que mostraria uma mídia responsável e ética.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T.; GODINHO, T.; REIS, E.; ALMEIDA, M. Diferenciais de Gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 11, nº 4, Rio de Janeiro, oct/dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000400032&lang=pt. Acesso em: 05 de fevereiro. 2014.

BEAUVOIR, S de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4 ed. Milliet, S. (Trad.). Título do original: LE DEUXIÈME SEXE LES FAITS ET LES MYTHES. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BRINGEL, B. O futuro anterior – Continuidades e rupturas nos movimentos estudantis no Brasil. **Revista Eccos**, 11. São Paulo: Uninove, 2009.

CAMPOS, G. W. De S. Clínica e Saúde Coletiva compartilhadas: Teoria Pandéia e reformulação ampliada do trabalho em saúde. In: Campos, G. W. De S., Minayo, M. C. De S., Akerman, M., Drumond, M. Jr & Carvalho, Y. M. (org.), **Tratado de Saúde Coletiva**, pp. 41-80. São Paulo :Hucitec ; Rio de Janeiro : FIOCRUZ, 2009.

COELHO, L.; BAPTISTA, M. A História da Inserção Política da Mulher no Brasil: uma Trajetório do Espaço Privado ao Público. **Psicologia Política**. vol. 9. Nº 17 . PP. 85-99. Jan-Jun. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **XV Plenário – Gestão 2011 / 2013**. 2013. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/cfp/conheca-o-cfp/gestoes/2011-2013/>. Acesso em: 01 de fevereiro. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres**. Brasília: CFP. 2013. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Publica%C3%A7%C3%A3o_Mulher_FINAL_WEB.pdf. Acesso em: 01 de fevereiro. 2014.

COSTA, S. H. (org.). **Questões da saúde reprodutiva**, pp.79-94. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

EURODYCE. Diferenças de gênero nos resultados escolares estudo sobre as medidas tomadas e a situação actual na Europa. **Rede de Informação sobre Educação na Europa**. Portugal: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação. 2010. Disponível em: http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic_reports/120PT.pdf. Acesso em: 20 de novembro. 2012.

GIFFIN, K. Corpo e Conhecimento na Saúde Sexual: uma visão sociológica. In: Giffin, K. & Costa, S. H. (org.). **Questões da saúde reprodutiva**, pp.79-94. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47. Universidade Estadual de Campinas, Universidade Nove de Julho. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 23 de setembro. 2012.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos Metafísicos e Epistemológicos na Pesquisa. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 16(2), pp. 245-255. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

GUARESCHI, P. Representações sociais, mídia e movimentos sociais. In: Guareschi, P., Hernandez, A., Cárdenas, M. (org). **Representações sociais em movimento: psicologia do ativismo político**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

GUARESCHI, P. **Psicologia Social Crítica: como prática de libertação** (5a. ed.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

HEIBORN, M. L., Araujo, L.; BARRETO, A. Apostila do Curso Capacitação em “**Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça** | GPP- GeR: módulo II/. Heilborn, M. L., Araújo, L., Barreto, A. (orgs) – Rio de Janeiro: CLAM, CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

HERNANDEZ, A. Imagens e discursos do movimento social espanhol “No a la guerra”: representações, ações e reações. In: Guareschi, P., Hernandez, A., Cárdenas, M. (org). *Representações sociais em movimento: psicologia do ativismo político*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

INSTITUTO TÉCNICO ANA NERY. **Sobre Ana Nery**. 2014. Disponível em: <http://www.ananerybauru.com/>. Acesso em: 02 de fevereiro. 2014.

JOVCHELOVICH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Tradução Pedrinho Guareschi. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LIMA, M. **Movimento Estudantil e Ditadura Civil-Militar em Santa Maria (1964-1968)**. Dissertação de mestrado. Santa Maria, RS, 2013.

MATOS, M. I.; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. Pinsky, C. B. & Pedro, J. M. (Org). São Paulo: Contexto, 2012.

MOSCOVICI, S. **Psicologia das Minorias Ativas**. (Grupo de Leitura “Ideologia, Comunicação e Representações Sociais”, resp. Pedrinho A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes, 2011.

MOTTA, A. B. da Elas começam a aparecer. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. Pinsky, C. B. & Pedro, J. M. (Org). São Paulo: Contexto, 2012.

PAULON, S. **A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção**. *Psicologia & Sociedade*, 17 (3), 18-25, set-dez, 2005.

PETRÓ, C. M. **O movimento estudantil universitário em Santa Maria (1979-1984): Da reconstrução da UNE às “Diretas Já”**. Monografia de conclusão de especialização em História do Brasil, da Universidade Federal de Santa Maria. Orientador: Prof. Dr. Vitor Otavio Fernandes Biasoli. Santa Maria, Brasil, 2011.

ROSEMBERG, F. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. Pinsky, C. B. & Pedro, J. M. (Org). São Paulo: Contexto, 2012.

ROSO, A.; GUARESCHI, P. **Megagrupos midiáticos e poder: construção de subjetividades narcisistas**. In: *Revista Ciências Sociais. Política e trabalho*. p. 37-54, 2007.

ROSO, A. O cotidiano no campo da saúde: Ética e responsabilidade social. In: Veronese, M.; Guareschi, P. A. **Psicologia do cotidiano: representações sociais em ação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ROSO, A., STREY, M. N., GUARESCHI, P.; BUENO, S. M. N. Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. **Psicologia & Sociedade**, 14 (2), p. 74-94. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n2/v14n2a05.pdf>. Acesso em 05 de agosto. 2012.

SANTOS, M. F. Lugar de Mulher é na Luta: Considerações Sobre a Participação Feminina no Movimento Estudantil . **Revista Eletrônica de Ciências Sociais - CSOnline**, ano 3, ed. 6, jan./abr, 2009.

SCARPARO, H. **Psicologia e pesquisa: Perspectivas metodológicas**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SCHNORR, J. & GRZEGOREK, F. R. De Cara Nova. **Revista Online. txt**. Edição 17. 2013. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/revistatxt/?p=967>. Acesso em 04 de julho. 2013.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995. 1989. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 10 de outubro. 2012.

SOIBET, R. A conquista do espaço público. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. Pinsky, C. B. & Pedro, J. M. (Org). São Paulo: Contexto, 2012.

STREY, M. N. Gênero. In: STREY, M. N. et al. **Psicologia social contemporânea** (11 ed.) Petrópolis: Vozes, 2008.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa** (Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS, Trad.). Petrópolis: Vozes, 1995.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Sobre UNE**. 2013. Disponível em: <http://www.une.org.br/>. Acesso em 15 de julho. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **A história ganha cores na CEU II**. 2013. Disponível em: http://200.18.45.28/sites/noticias_ufsm/exibir_noticia.php?id=52. Acesso em: 04 de julho. 2013.

VECHIA, R. DA S. D. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Doutorado. **O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de**

redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985). Orientador Prof^o Dr. César Marcelo Baquero Jacobe, 2011.

VILLELA, W. Mulher e saúde mental : Da importância do conceito de gênero na abordagem da loucura feminina.Tese de Doutorado. Mimeo. FMUSP. São Paulo, 1992.

ARTIGO 2

O ANO DE 1980 A PARTIR DE UM ARQUIVO DE JORNAL: QUANDO AS MULHERES SÃO INSERIDAS NA HISTÓRIA

RESUMO

Este artigo deriva de uma Dissertação de Mestrado intitulada “A (in)visibilidade das mulheres no movimento estudantil: do passado ao presente”, da Universidade Federal de Santa Maria. Realizou-se uma pesquisa documental, objetivando apresentar como são engendradas as relações de gênero nos discursos expostos em reportagens do jornal A Razão, no ano de 1980. Utilizamos como perspectiva epistemológica e teórica, e para a compreensão e interpretação do objeto de estudo, a Psicologia Social Crítica, os estudos de gênero e a teoria das minorias ativas. Como referencial metodológico foi utilizado a Hermenêutica de Profundidade, proposta por Thompson (1995), na qual trabalhamos as três fases em um bloco único, denominado análise sócio-discursiva. As reportagens que se referiam ao movimento estudantil foram relidas atentamente tomando a categoria de análise mulheres como norte, na qual resultou no ano de 1980 em 10 reportagens, com 06 temas principais. Escolhemos 03 temas, que representam 07 reportagens para uma análise mais criteriosa. Buscou-se refletir atentando para as ausências, o não dito, que mostraram-se tão importantes, quanto vislumbrar o que estava (está) presente. Percebemos que mesmo as mulheres ocupando um lugar na política, nos movimentos sociais e especificamente no ME, fica claro a invisibilidade delas no decorrer da história. A mídia escrita oportuniza vermos as mulheres em um lugar secundário e de invisibilidade, seja pelo pouco espaço de voz, pela interrupção na fala, pela representatividade de algo que diz respeito a uma conquista das mulheres, ou pela forma como é colada esta conquista, no caso da “invasão das moradias masculinas pelas mulheres”.

Palavras-chave: Psicologia social; movimento estudantil; mulheres; análise documental.

**THE YEAR OF 1980 FROM A JOURNAL ARCHIVE:
WHEN THE WOMEN ARE INSERTED IN THE HISTORY**

ABSTRACT

This manuscript derives from a Master's dissertation entitled "*The (in)visibility of women in the student movement: from past to present*", of Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). It was performed a documental research, aiming to present as were engendered the gender relations in discourses exposed in the reports of the newspaper "A Razão", in 1980. It was used as epistemological and theoretical perspective, as well as to understand and interpret the object of study, the Critical Social Psychology, the gender studies, and the theory of active minorities. The Depth Hermeneutics (DH) proposed by Thompson (1995), served as the methodological referential. It was chose to work on the three phases of DH as a single block, nominated as Socio-Discursive analysis. The reports which referred to the student movement (SM) were read carefully over again, taking the women as the referential category of analysis, which, in 1980, resulted in 10 reports, with 06 main themes. Then, 03 themes were chosen, representing 07 reports for a more detailed analysis. It was sought pay attention to the absences, the unsaid, which proved to be very important, as much as to observe what was(is) present. It was noticed that even women when occupying a place in the politics, social movements, and specifically in SM, it is clear the invisibility of them throughout history. The written media provided opportunities of observe the women in secondary positions and of invisibility, or by the diminished voice opportunity, interruption in their speech, by the representation of something related to a women's achievement, or by the way how is recognized this achievement, as the case of "invasion of the male housing by women."

Keywords: Social psychology; student movement; women; documental analysis.

INTRODUÇÃO

O Movimento Estudantil sempre esteve presente em momentos cruciais da história política do país (GONH, 2010). Quando falamos *movimento estudantil (ME)*, no singular, não estamos ocultando a existência de diferentes movimentos estudantis, nem mesmo as tensões que possam existir entre estes, mas estamos falando de um grande movimento histórico e de influência social, que merece destaque na sua totalidade.

Bringel (2009) destaca quatro principais ciclos de protestos e mobilizações do Movimento Estudantil a partir dos anos de 1960. O primeiro, ao longo dos anos 1960, das revoltas e passeatas. O segundo, a partir de 1975, na relação entre militares e as forças democratizantes, em uma perspectiva de resistência e luta democrática. O terceiro, já na década de 1980 na conjuntura do “Movimento pela Anistia” e as “Diretas Já”. O quarto ciclo de lutas estudantis ocorre com os “caras pintadas” durante o processo de *impeachment* de Collor.

Inicia-se um novo momento para o movimento estudantil, a partir de 1979, que teve como marco principal a reconstrução de sua entidade nacional, a União Nacional dos Estudantes (UNE). No mesmo ano, em setembro, ocorreu o Congresso de reconstrução da União Estadual dos Estudantes (UEE) do RS, em Porto Alegre, em que foi deliberado que a UEE seria uma entidade apartidária, autônoma, independente e a única entidade representativa dos estudantes do RS. No mês de março de 1980, ocorria o segundo Congresso da entidade em Santa Maria, e a vice-presidente do DCE/UFMS era uma mulher, chamada Nádyá Pesce de Oliveira (PETRÓ, 2011).

Neste mesmo período – final dos anos 1970, segundo Farah (2004) e Strey (2008), concomitantemente ao fortalecimento do movimento feminista no país, o campo de estudos de gênero consolidou-se no Brasil. O conceito de gênero foi incorporado pelo feminismo desde então.

Este conceito (*gênero*) salienta que possíveis diferenças entre homens e mulheres são construídas socialmente, ou seja, sexo diz respeito às características fisiológicas do ser humano, e gênero a essas construções. Ele presta a possibilidade de uma compreensão renovadora e transformadora das diferenças e desigualdades no conhecimento entre homens e mulheres (STREY, 2008), é um elemento constitutivo nas relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos e também uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1989).

Vários movimentos deram início ao movimento feminista, em meados dos anos 1970. Estes foram espaços que as mulheres puderam se manifestar, ainda que “os discursos e as práticas feministas se mantivessem caladas durante um longo tempo” (p.181). Através do feminismo, durante o século XIX, produziram-se mudanças conceituais e conquistas femininas (STREY, 2008).

Como uma ramificação da pesquisa “*Sexualidades e Gênero/Raça/Etnia: estudos em Representações, Relações de Poder e Políticas Públicas*”, registrado no gabinete de projetos do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) sob número (GAP/CCSH N. 028440), desenvolvemos a pesquisa de mestrado intitulada “A (in)visibilidade das mulheres no movimento estudantil: do passado ao presente” aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSM sob número (CAAE 12666413.0.0000.5346), tendo como objeto de estudo o movimento estudantil e a participação das mulheres. Um dos objetivos da presente pesquisa foi conhecer a trajetória de participação de mulheres no movimento estudantil, prestando especial atenção às trajetórias e aos discursos voltados ao campo da saúde sexual e reprodutiva das mulheres.

Este artigo tem por objetivo apresentar como são engendradas as relações de gênero nos discursos expostos em reportagens do jornal A Razão, no ano de 1980. As reportagens foram utilizadas como recurso para compreender e interpretar essas relações ao longo do tempo. Pretendeu-se identificar as assimetrias, diferenças e divisões entre homens e mulheres, focando na (in)visibilidade das mulheres ao longo do tempo, a partir da mídia escrita. Quando falamos em mídia, situamos a dominação como poder simbólico, o que, segundo Roso e Guareschi (2007), só é possível dentro de um contexto social. Justamente nesse contexto que acontece o principal meio de atuação da mídia, pois, na medida em que a mídia constrói uma realidade, ela agrega junto a essa realidade valores, por exemplo do que é bom ou ruim.

Os pressupostos da Psicologia Social Crítica vão nos auxiliar a discorrer sobre estas questões, pois a partir deste olhar, é indispensável que haja duas partes, que se tenha presente a existência de dois lados nas questões, nos fenômenos, nas realidades humanas. Sendo assim, a realidade de um fato ou fenômeno não se resume a um ponto de vista, não sendo absoluto e tendo a presença da relatividade em todas as ações humanas (GUARESCHI, 2012).

Visualizar “o que não está aí” tornou-se necessário quando colocado a categoria mulheres como foco, pois consideramos as mulheres uma *minorias social*, embora em maior número na maioria dos países. Este termo parte da teoria das minorias ativas, proposta por Moscovi (2011), um dos autores do campo da Psicologia Social, que faz referência à *minorias* e *maiorias*. Segundo Roso et al. (2002), estes termos (*maioria* e *minorias*) são mutuamente

interdependentes e definidos através das relações de poder.

Estas *minorias* não se referem “à desigualdade na distribuição de poder, à lógica da dominação” (p. 21). As *maiorias* são grupo de pessoas controlam a maior parte de recursos econômicos, de status e de poder, estabelecendo assim relações injustas com as *minorias*. O autor classifica as *minorias* em passiva e ativa e questiona os movimentos de mudanças sociais e comportamentos coletivos referentes a uma *minoria ativa* que ocasiona uma influência social frente ao comportamento da *maioria*. Apenas as *minorias ativas*, “que adotam uma posição diferente por contraste ou por oposição ao sistema social mais amplo” (p. 81) e oferecem algo novo (informação, argumentos, comportamentos) ao grupo, podem modificar as opiniões e normas de uma maioria independente de seu poder ou de seu status (MOSCOVICI, 2011).

Quando as relações de poder são sistematicamente assimétricas, podemos considerar uma situação de *dominação*. Essa assimetria acontece quando indivíduos ou grupos possuem um poder de maneira estável, de modo que exclua outros indivíduos ou grupos (ROSO; GUARESCHI, 2007; THOMPSON, 1995).

Buscamos fazer o exercício de visualizar as ausências, o não dito, em que se tornou tão importante quanto vislumbrar o que estava (está) presente. Apresentaremos o método utilizado, seguido dos resultados e discussões, e considerações finais do presente estudo.

2 MÉTODO

Realizou-se uma pesquisa documental centrada em reportagens do Jornal A Razão com circulação na região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul. Utilizamos a pesquisa documental como um caminho em que procurou-se compreender e interpretar as relações que se constituíram ao longo dos anos, identificar as assimetrias, as diferenças e a divisão entre homens e mulheres. Este tipo de pesquisa, segundo Scarparo (2000), permite a ampla utilização de registros, interpretações e comentários, produzidos em diferentes épocas e de diferentes formas. Segundo Gil (2008), a técnica de busca de dados em jornais é uma forma indireta de investigação social, e como comunicações de massa, os jornais, possibilitam o/a pesquisador/a conhecer os mais variados aspectos da sociedade atual.

Na primeira etapa da pesquisa, levantamos todas as reportagens do mês de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1979 e dos anos de 1980 e 1981, que perpassavam, *a priori*, questões do movimento estudantil (ME), a partir de uma leitura sintética do conteúdo da mesma. Os jornais estavam encardados, em sua maioria, de dois em dois meses e este

material não pôde ser retirado do arquivo do jornal, então, tiramos fotos das reportagens. A seguir, fizemos uma leitura analítica das reportagens, tomando a categoria mulheres como norte. Neste artigo, contemplando o nosso objetivo apresentaremos como são engendradas as relações de gênero nos discursos expostos nas reportagens no ano de 1980.

Utilizamos como perspectiva epistemológica e teórica a Psicologia Social Crítica, que segundo Guareschi (2012), se centra na relação entre o ser humano e a sociedade, mostrando que não há um sem o outro. Para compreensão e interpretação do objeto de estudo, utilizamos os estudos de gênero e a teoria das minorias ativas.

A Psicologia Social Crítica, no Brasil, desde seus primórdios pensa as relações entre as pessoas utilizando a categoria gênero como fonte de análise dos fenômenos sociais. O conceito de gênero salienta que as diferenças entre homem e mulher, são construídas socialmente, e possibilita uma compreensão renovadora e transformadora entre essas diferenças e desigualdades (STREY, 2008). Gênero é um elemento constitutivo nas relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos e também uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1989).

Como referencial metodológico foi utilizado a Hermenêutica de Profundidade (HP), proposta por Thompson (1995). A mesma pode ser utilizada “nas inter relações entre significado e poder, nas maneiras pelas quais as formas simbólicas podem ser usadas para estabelecer e sustentar relações de dominação” (p. 363). Estas formas simbólicas são construções significativas como ações, falas, textos, e por serem significativas podem ser compreendidas. Para tal, é necessário levar em consideração as maneiras como as formas simbólicas estão estruturadas, e as condições sócio-históricas em que elas estão inseridas (THOMPSON, 1995).

A HP compreende três fases: a análise sócio-histórica, a análise discursiva e interpretação/reinterpretação. Neste artigo, optamos em trabalhar as três fases em blocos únicos, entendendo que as fases se interrelacionam. Denominamos esta forma de análise de sócio-discursiva, pois temos como objetivo reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas. Entendemos o discurso, na perspectiva de Orlandi (2009), como a palavra em movimento, como o “entre” da dicotomia da língua/fala, onde a língua é uma manifestação social de sentidos e a fala uma manifestação individual.

Acreditamos que através da análise sócio-discursiva, das formas simbólicas, podemos perceber a sustentação de algumas atitudes de relação de poder e a invisibilidade da mulher, que respinga ainda nos dias de hoje. Como coloca Thompson (1995), os “resíduos do

passado” podem servir para, em algumas circunstâncias, esconder ou mascarar o presente. Afinal, a experiência humana é sempre histórica, pois quando nascemos já há algo pronto e construímos a partir disso. Em outras palavras, até mesmo o novo, é construído sobre o que já está presente. Nesse sentido, entendemos que os sujeitos são parte de um contexto sócio-histórico e que o processo de compreensão do que acontece no presente, deve levar em conta este contexto.

Para esse processo de análise, abordaremos o panorama das condições de produção dos discursos, em que vamos destacar sequências ou expressões encontradas nas reportagens. Sendo assim, apresentaremos os resultados obtidos, descrevendo a constituição do nosso corpus empírico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O total de 296 reportagens foram levantadas no Jornal, que constituem nosso corpus empírico, que *a priori* se referiam ao movimento estudantil (ME). Relemos o corpus empírico nos guiando pela definição de ME de Bringel (2009). O autor argumenta que para ser ME, deve-se articular vários elementos, que também estão presentes nos movimentos sociais. O ME possui processos articulados, com definições de demandas e objetivos coletivos, estudos de estratégias de ações coletivas, além de uma mínima organização com certo grau de continuidade.

Após uma leitura mais criteriosa, fizemos uma nova seleção, em que das 296 reportagens, 195 se referiam ao ME, representando um total de 65,87% das reportagens, distribuídas no mês de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1979 e dos anos de 1980 e 1981. As reportagens que se referiam ao ME foram relidas atentamente tomando a categoria de análise mulheres como norte, na qual resultou, para o ano de 1980, 10 reportagens. Em uma análise sistemática destas 10 reportagens, encontramos 06 temas principais: *ensino* (03 reportagens), *movimento contra a carestia* (02 reportagens), *moradia feminina* (02 reportagens), *congresso UEE* (01 reportagem), *refeições RUs* (01 reportagem), e *eleições estudantis* (01 reportagem). Escolhemos os 03 primeiros temas – *ensino*, *movimento contra a carestia*, *moradia feminina*, que representam 07 reportagens, para a análise de hermenêutica de profundidade, considerando nosso objetivo de pesquisa (apresentar como são engendradas as relações de gênero nos discursos expostos em reportagens do jornal, no ano de 1980).

3.1 Ensino

A primeira reportagem do ano de 1980, que preenche os requisitos de análise, é intitulada “O ensino brasileiro está em crise: ‘a sua mudança está na transformação da sociedade’” (A Razão, 06/01/80, pp. 16-17), em que a pretensão do jornal foi realizar uma “mesa redonda”, com “determinados segmentos representativos”, a respeito da realidade concreta do ensino no país e particularmente de Santa Maria. Posto isso, foi colocado em discussão o tema: “qual a situação real do Ensino hoje no Brasil?”.

Participaram da discussão Mario Guagliotto, Aldo Fornazieri, Adalberto Constantino Meller, Ayrton Marçal (pró-reitor de assuntos estudantis), Gilberto Lang (presidente do DCE UFSM na gestão do ano de 1980), Felipe Nascimento e Marta Fert. Do total de 06 homens, apenas 01 mulher participou da mesa, e não é por acaso que o nome desta única mulher está por último, pois a sua fala foi após todos os participantes homens terem se manifestado pela primeira vez. A discussão foi feita em forma de perguntas com temas específicos e Marta Fert se inseriu na conversa quando o tema “O desenvolvimento do povo depende do ensino” foi introduzido. Ela expôs sua ideia em apenas um parágrafo curto, ao contrário de todos os outros participantes homens que tiveram mais espaço para colocarem suas posições. Ela diz:

Eu vejo que o ensino hoje no Brasil não está voltado às necessidades do povo brasileiro. A gente nota que no terceiro grau ocorre a formação para os interesses internacionais, e não para **as necessidades reais do povo** [destaque nosso]. Na **saúde** [destaque nosso], por exemplo, é uma coisa que no nosso país é muito necessária, mas que o aprendizado não está voltado pra ela. (A RAZÃO, 06/01/80, p. 16)

Marta infere que as necessidades reais do povo brasileiro era a saúde. A saúde parece ser uma tentativa de Marta de colocar em pauta um tema tão importante às mulheres. Não surpreende ser uma mulher que coloque a saúde na esfera pública, pois a atuação nesse campo faz parte da história das mulheres. O campo da saúde das mulheres, na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos, pode ser colocado como um campo-conflito.

Estamos falando de um contexto anterior ao marco da história da saúde no Brasil, a Constituição Federal (CF) de 1988. A CF deu nascimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece em seu artigo 196 que:

A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (CF, 1988)

Falar em saúde, segundo Medeiros e Guareschi (2010), é falar de um lugar onde a política e a subjetividade estão em jogo. Os diferentes discursos que sustentam o cuidado em saúde vão perpassar a vida de mulheres e homens, influenciando não apenas o modo de vida, mas também a experiência que fazem de si mesmos.

Depois da fala de Marta, Marçal também comentou sobre o mesmo assunto, em dois parágrafos, porém não dá continuidade a questão da saúde. O debate seguiu com outros temas, e respectivamente Marçal, Fornazieri, Marçal, Fornazieri, Marçal, Marçal, Marçal, Guagliotto, Marçal e Lang, respondem. A reportagem segue em outra página do jornal, na qual, Gugliatto, Fornazieri, Marçal, Marçal, Nascimento, respondem, e finaliza com a fala de Lang.

As construções de gênero naturalizam saberes em diferentes áreas, como se as mulheres, neste caso, entendessem do “desenvolvimento do povo”, e os homens dos demais assuntos, pois acabam respondendo perguntas de cunho “masculino”, como se eles tivessem mais propriedade para falar determinadas questões. Como demonstra no seguimento da “mesa redonda”, em que outros temas foram abordados e foram debatidos apenas entre os homens, como segue: “o regime autoritário está dentro das universidades; não adianta mexer na pirâmide por cima; a universidade tem as portas abertas... para poucos; o ensino representa o interesse do capital internacional – o que realmente representa o ensino para o povo brasileiro; o povo é que arca com o ônus do ensino; o professor sabe porque leu – o ensino poderia ser considerado um reflexo direto da estrutura social do país; o ensino está desvinculado da realidade social – é possível desvincular o ensino das outras áreas do entendimento humano”.

No senso comum, as condutas de homens e mulheres são originadas naturalmente e biologicamente, onde o sexo está relacionado à personalidade: homem mais agressivo e mulher com mais suavidade e delicadeza. Porém, essas atividades que são naturalizadas passam pelo processo de aprendizagem ou de internalização referente às construções de gênero, desde a infância (HEILBORN et al, 2010).

Os homens não falam sobre a saúde, porém têm o espaço para darem sua opinião na mesma questão colocada para Marta. Ela, por sua vez, responde referente ao tema que fala do “*desenvolvimento do povo*,” que podemos conectar com um papel de criar, cuidar, educar, desenvolver – verbos que seguem conjugados no “feminino”, que podem estar ligados ao cuidado com a família, com o marido, com os filhos.

Junto ao contrato social, o patriarcalismo e o poder do homem é reforçado através de uma estratégia de dominação sexual, assegurando os direitos dos homens e das mulheres. Essa estrutura é incorporada pela sociedade que acaba por reforçar a concepção patriarcal e as assimetrias nas relações de poder (PRÁ; SANTOS, 2010). A incorporação dessa estrutura reflete em diferentes campos sociais, dentre esses, o campo da saúde dos sujeitos e em especial das mulheres.

Outra reportagem que tem como base o Ensino tem como chamada: “O ensino em

crise” (A RAZÃO, 14/09/1980, pp. 16-17-18), com destaque no canto esquerdo superior da palavra [debate], e com uma breve introdução dizendo que refere-se a uma discussão realizada em uma mesa redonda, na redação do Jornal A Razão, com “pessoas ligadas a diversos setores da educação”. A reportagem contempla três páginas recheadas de temas específicos e “respostas”, de acordo com a montagem da reportagem anterior. A composição desta mesa também não muda muito da última, pois foram convidados 07 homens e apenas 02 mulheres (Mirian e Alda) para estarem nela: Sérgio Pires, presidente da Associação dos Professores Universitários, Gilberto Bandeira Lang, presidente do Diretório Central dos Estudantes, Padre Alberto Rechzzigel, diretor do Colégio Santa Maria, Eloir Tavares Borges, Secretário de Educação do Município, Mirian Santini, Delegada Adjunta da 8ª Delegacia de Educação e Cultura da sexta-feira, Aldo Fornaziere, secretário geral da União Estudantil Estadual, Alda Schaurich, técnica em educação, representando o reitor Derblay Galvão e João Gilberto Lucas Coelho, deputado federal do PMDB, integrante da comissão parlamentar de Inquérito sobre educação.

A discussão inicia com a pergunta “Qual é a realidade concreta do ensino brasileiro?”, realizada pelo Jornal. Sérgio Pires foi o primeiro a responder, seguido de Alberto Rechzzigel. A discussão seguiu sendo exposta com temas norteadores e perguntas. O primeiro tema foi “Abandono do ensino”, em que a primeira a falar é Miriam Santini, seguida da fala de Alda Emília Schaurich. As duas falam no sentido que “há uma grande preocupação de todos os educadores com o modelo brasileiro” (Miriam), Alda fala de uma expansão desordenada, que o ensino superior sofreu nos últimos 16 anos, mas coloca que “há por parte do governo uma intenção de encontrar caminhos”. O jornal faz a pergunta “A senhora considera que o ensino brasileiro em sua estrutura teórica está bem, apenas há uma má aplicação do seu sistema?”. Alda responde que a estrutura também poderia ser melhorada.

A única vez em que o jornal direcionou alguma pergunta, pessoalizando ou nomeando quem responderia foi para Alda. Posteriormente a sua fala, a impressão que temos é que Gilberto Lang responde com um tom teórico, discorrendo sobre a mesma questão, mas expondo três referenciais para levar em conta a análise do ensino: o baixo nível do ensino; o mercado de trabalho; dificuldades que se vive dentro da própria escola.

O próximo tema colocado foi “Educação Submetida aos monopólios internacionais”. Aldo Fornazieri fala sobre e João Gilberto acaba explanando sobre o próximo tema que foi “Educação, uma nova mercadoria”. O último tema desta página do jornal é “Dificuldades do primeiro e do segundo graus”, seguida de uma pergunta do Jornal não legível, mas falando

destes níveis de ensino a nível municipal, na qual, Eloir Tavares Borges responde, seguido da resposta de João Gilberto na página seguinte.

O primeiro tema da segunda página da reportagem foi “Alternativas”, seguida de uma pergunta questionando as medidas necessárias para que a educação atendesse os anseios do povo brasileiro, Pires, Rechziegel falam sobre. O próximo tema foi “A ‘boa intenção’ dos governantes em discussão”, em que Alda Schaurich começa sua fala dizendo “*Concordando com os que me antecederam [destaque nosso], eu acredito que a educação nacional precisaria de uma modificação estrutural nos três níveis*” (p.17). Alda se refere a Lang, Aldo Fornazieri, Eloir Borges e João Gilberto.

A próxima e última página da reportagem inicia com o tema “Instrumentalização ideológica”, seguida de uma pergunta que refere que o ensino vem “servindo como um instrumento de dominação ideológica”, e questiona, se correto isso, quais os setores ele mais atingiu. Sérgio Pires, Fornazieri respondem. O próximo tema foi “12% do orçamento para o ensino”, na sequência a seguinte pergunta: “Em que critérios os estudantes e professores se baseiam para reivindicarem 12% do orçamento nacional para a educação?”, Lang, Pires respondem. Outro tema foi “Transformação do ensino e da sociedade”, seguida de uma pergunta “*O Eloir afirmou que a modificação do ensino brasileiro depende da transformação da sociedade. Os senhores [destaque nosso] concordam com isso?*”.

Alda Schaurich responde esta questão em um espaço de 1/3 das falas de Rechziegel (anterior à dela) e de Lang, posterior à fala dela. Eloir Borges apenas confirma, dizendo que concorda e complementa “sociedade e educação devem caminhar em paralelo”. João Gilberto e Pires também concordam, expressando suas opiniões no dobro de espaço que Alda.

Percebe-se, que mesmo tendo uma mulher ou mais de uma mulher presente, o domínio do assunto sempre fica com os homens. As respostas das mulheres parecem tímidas, menores, ou concordando com a afirmação dos homens, como se sua colocação, sem este “apoio” não fosse validada. Além disso, é colocado a proposta como uma “mesa redonda”, porém esta exposição de temas e respostas não configuram exatamente um diálogo entre os participantes.

Segundo Marková (2006), todas as atividades dos humanos são encontradas no “diálogo” entre as diferentes mentes, expressando significados multivocacionais. Porém, em um diálogo não sabemos de antemão o que vamos dizer, e o que a outra pessoa vai entender da nossa mensagem. Saberemos o significado do entendimento pelas respostas dela. Essa perspectiva coloca que entenderemos o significado da ação da nossa fala pelas respostas do outro.

As palavras recebem os significados que damos a elas, neste sentido, Marková (2006) discorre na questão da interdependência do Ego e do Alter, que são gerados pela e através da comunicação simbólica. Esta interação baseia a dialogicidade – “capacidade da mente de conceber, criar e comunicar sobre as realidades sociais em termos do Alter-Ego” (p.137). A dialogicidade está inserida na história e na cultura. As práticas dialógicas são transmitidas de geração para geração, através da memória coletiva, das instituições e das práticas sociais, e está preocupada com a existência humana e assim, com a existência comunicativa.

Neste sentido, a configuração desta “mesa redonda” não disponibiliza um diálogo autêntico, e ao lado disso, temos a criação dos temas de discussão, apontadas pela mídia. Estes são recursos que a mídia utiliza e acaba por contribuir quais questões serão discutidas no cotidiano, na esfera pública, e que interpretação de relações acabam por serem reproduzidas, isso corrobora com a afirmação de Guareschi (2007), que a mídia dita a pauta do cotidiano.

Um dos exemplos é quando é feita a pergunta só para os homens “Os senhores concordam?”, em que podemos inferir que parte de uma linguagem masculina, ou seja, sexista, que vem a partir de sistema machista. Este questionamento pode reforçar uma visão que os homens sabem mais que as mulheres, pois “discutem mais”, têm mais argumentos, com posições concretas. Porém, podemos também inferir que estes homens têm a esfera pública desde que nascem como proposição. Partem de um lugar onde é construído que “naturalmente” se colocam melhor nas suas falas e posições. Seja no espaço privado ou público recebem o cargo de autoridades.

Entendemos por esfera pública, um espaço comum a todos os membros, onde a vida se torna visível e conhecida, a partir do conceito proposto por Jovchelovitch (2011). A esfera se configura, segundo a mesma autora, por pontos de encontro, territórios de conexão e comunicação, em que a principal característica é produzir visibilidade.

Uma das características marcantes dentro da política é o papel da mulher e o papel do homem na sociedade e como isso influi no seu desempenho político, naturalizando, por exemplo, o “cuidado e a honestidade” (p. 74) como sendo uma qualidade inerente às mulheres, fazendo com que não seja questionado a relação de poder existente nesse espaço, mas tentando moralizar o campo político (SANTOS, 2009).

A reportagem intitulada “Estudantes contra ensino pago: Exigem mais verbas e são contra Projeto Portella” (A RAZÃO, 19/04/1980, p. 07), refere-se a um ato público com cerca de 500 estudantes, pela passagem do Dia Nacional de luta contra o Ensino Pago, aprovada em reunião do Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) da UNE. “Em Santa Maria os

estudantes disseram que não vão pagar duas vezes, já que o ensino é pago pela população através dos impostos”.

Nadya Pesce da Silveira, vice-presidente do DCE, iniciou a manifestação falando sobre o projeto de transformação das Universidades públicas em Autarquias Especiais, que afirmou ser um verdadeiro golpe sobre os estudantes e a população em geral. Houve um certo tumulto no plenário e um princípio de vaias, interrompendo por alguns instantes seu pronunciamento, mas ela conseguiu colocar a solidariedade dos estudantes aos metalúrgicos do ABC (que tiveram o seu sindicato invadido na quinta-feira à tarde), **no que foi vivamente aplaudida, Marcos Rolim, diretor do DADECA; interrompeu as palmas para afirmar que os estudantes estavam vitoriosos, sendo ainda mais aplaudido** [destaque nosso]. Antes a repressão nos dispersava a cacetadas, hoje determinados elementos são obrigados a vir aqui para ensaiarem inofensivas vaias. Isso mostra a vitória do nosso movimento, declarou. (A RAZÃO, 19/04/1980, p. 07)

Augusto César Pereira, estudante de medicina, fala um pouco sobre as verbas que diminuíram para as universidades, infraestrutura do hospital universitário, RU e transporte. O Presidente da associação gaúcha de médicos residentes estava presente no ato e expõe sua fala. O presidente da casa (moradia estudantil) também estava e fala sobre o congelamento do preço do RU, descrita como conquista deles e do DCE. A reportagem é finalizada com o seguinte parágrafo:

Marcos Rolim, do DADECA, último orador a se pronunciar, [destaque nosso] disse que a união dos estudantes passa também por atos políticos, mas se dá fundamentalmente pela discussão aprofundada dentro de cada faculdade e sala de aula. Finalizando, afirmou que no momento em que o Governo tenta pacotar um projeto de Ensino Pago. 5 000 estudantes estão boicotando as matrículas em Caxias do Sul. (A RAZÃO, 19/04/1980, p. 07)

Uma mulher dá início ao ato, podemos considerar este fato, um avanço, em um movimento, na qual, geralmente as lideranças são homens. Porém, no momento em que ela “*foi vivamente aplaudida*”, um homem interrompe as palmas, toma as “glórias” e o discurso. Após esta interrupção, o manifesto é encerrado por um homem.

Nos questionamos sobre as relações de gênero e de poder, na qual, a mulher parece ter um lugar de articulação política invisível. De acordo com Moscovici (2011), o reconhecimento social e fazer-se visível aos olhos da *maioria* é uma busca das *minorias*. Porém, para que isso aconteça, as minorias devem colocar seu ponto de vista com coerência e firmeza, o que não faz com que elas sejam atraentes, mas sem estas qualidades, a minoria é definitivamente rejeitada. Consideramos que de alguma forma, Nádyá conseguiu por sua posição, mas não a sustentou.

Algumas estudiosas feministas apontam como causa da exclusão política da mulher, uma estrutura patriarcal que perpassa a organização social, firmemente consolidada nos espaços de decisão e de poder (SANTOS, 2009). No movimento feminista, nos anos 1980, as principais demandas trazidas eram a “autonomia e o poder”. Nesta época, as lutas vêm com

um caráter diferente, porque as mulheres carregavam nas suas bagagens uma ditadura militar e experiências de exílios, e por todas as lutas e as vivências acumuladas neste período, o movimento se tornou sólido e com um caráter mais político e social (Adrião e Toneli, 2008). Isso não significa que o movimento estudantil, que acaba por “acolher” algumas mulheres, não acabe sendo conivente com as inequidades de gênero, em função da violência política que as mulheres sofrem dentro das suas organizações. No cotidiano do ME pode acontecer como ocorreu com Nádyá, uma deslegitimação da colocação.

3.2 Movimento contra a carestia

A reportagem “Cresce o movimento contra a carestia” (A RAZÃO, 23/03/1980, p. 09) cita o nome de algumas pessoas que compuseram “a mesa que estudou, juntamente com os demais integrantes da reunião, a proposta de organização do Movimento Contra a Carestia”. De 07 pessoas citadas, 02 eram mulheres: Cecília Pires – Presidente do Núcleo de Direitos Humanos, e Nelci Trindade – da Associação Comunitária de Santa Maria. O representante do DCE era o presidente da época da instituição, Gilberto Lang.

O movimento contra a carestia, que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o Diretório Central do Estudantes e as Associações Comunitárias [destaque nosso] de Santa Maria irão no próximo dia 28, já possui uma articulação a nível de execução. (...) As intenções dos organizadores do movimento é a de, em praça pública, debaterem com a população de Santa Maria os problemas da alta do custo de vida “cujos resultados estão se refletindo no lar [destaque nosso] de cada um e na economia da família [destaque nosso]”. É chegada a hora, afirmam os participantes da reunião, das entidades comunitárias tomarem posicionamento e se manifestarem para demonstrarem a que ponto está a situação do povo, sufocado pelo constante aumento do custo de vida. Ontem, no Centro Cultural, donas de casa [destaque nosso] santa-mariense reuniram-se para, juntamente com o Movimento Contra a Carestia do dia 28, efetuarem seu protesto. Pretendem as donas de casa realizarem uma passeata “das panelas vazias” para demonstrarem seu descontentamento contra a constante elevação do preço da alimentação. (A RAZÃO, 23/03/1980, p. 09)

Como seguimento, referenciando a reportagem passada, a reportagem do dia 27/03/1980, p. 01, conta como foi o protesto contra a carestia.

Contra a inflação e o alto custo da vida, vários movimentos estão sendo desencadeados em todo o país. Ao mesmo tempo estão sendo criadas associações, com participação principalmente das donas de casa [destaque nosso] e de estudantes. (...) Este ato Público está sendo organizado pelo Movimento Contra a Carestia de Santa Maria, União das Associações Comunitárias de Vilas e Bairros, Diretório Central dos Estudantes e Núcleo de Justiça e Direitos Humanos. Enquanto os preparativos para o acontecimento estão sendo, ultimados, a UEE, DCE, DAs, CEU/1, CEU/2 convocam todos os estudantes [destaque nosso] para participarem, através de um manifesto que diz: <<Este ato Público está sendo convocado para protestar contra o alto custo de alimentação, contra a fome e a miséria a que está submetida a maioria da população [destaque nosso]. (A RAZÃO, 27/03/1980, p. 01)

Podemos associar as Associações comunitárias, o lar, a família e as donas de casa em

uma luta que diz respeito à todas as pessoas, pois fala-se do alto custo, principalmente da alimentação. Em seguida, percebemos que as principais “categorias” que participam do ato, são as donas de casa e os estudantes. Porém, quem é convocado? Os *estudantes*. Parece-nos que a participação das donas de casa fica vinculada a dar corpo e volume aos atos, pois apenas os estudantes que o preparam com uma certa organização que diz respeito ao ME. Ainda, parece que a *maioria da população* submetida a fome e a miséria, referem-se às mulheres – donas de casa, pois elas que são destaque nas reportagens. Esse vínculo pode dizer da conexão do privado, cuidado com a casa, e com todos os “ingredientes” que uma casa, e/ou uma família precisam para se sustentar: as mulheres. Percebemos a força destas donas de casa, por outro lado, a ênfase da mídia na participação delas, faz com que possamos fazer essas vinculações. Questionamos onde estão os homens? E por que os espaços não são ocupados equitativamente?

Esse vínculo de associações, lar, família, donas de casa, também parte da participação das mulheres em Associações que tem um crescimento na década de 1970 e 1980. Conforme Motta (2012), as mulheres que participam de movimentos de bairro, em sua maioria, são adultas de meia idade, pois já estão com mais tempo pós a criação dos filhos pequenos e estas mobilizações surgem como uma reprodução social do cotidiano. Ou seja, elas mobilizam-se como mães, esposas, donas de casa, e lutam por melhores condições de saneamento, falta de posto de saúde, conserto do teto da escola do (a) filho (a); ou neste caso, pela alimentação. Motta (2012) coloca que na “insignificância” de serem mulheres, não representariam perigo à ordem instituída pelo Estado. Nesta época, as mulheres se mobilizam a partir dos seus papéis de gênero, ou justificam a mobilização através deles, pois são os que conhecem e parecem retratar suas vidas.

3.3 Moradia feminina

A reportagem “Estudantes realizam encontro regional de moradias estudantis” (A RAZÃO, 17-18/05/80, p. 13) fala sobre este encontro e algumas manifestações previstas, em que uma delas era a “invasão das moradias masculinas pelas mulheres em Porto Alegre”, ainda segue a reportagem com a frase “a “invasão” foi vitoriosa” – colocando entre aspas a palavra invasão, mas, referente a outras reivindicações, como as condições dos prédios das Casas da capital, não obtiveram sucesso. Uma semana depois, (A RAZÃO, 25/05/80, s. p.) é publicado, em duas páginas uma entrevista de Gilberto Lang (GL), presidente do DCE UFSM para o jornal “A Razão” (AR), com a chamada: “Entrevista – Gilberto Bandeira Lang: o representante de dez mil universitários santa-marienses – Lider, ativista ou agitador?...”. No

mesmo esquema de outros “diálogos” ou “mesa redonda” é esta entrevista, separadas por temas, na primeira página: “O currículo da medicina ou é uma piada ou é um desaforo; Figueiredo, o militar que foi posto como ditador, tem um governo que recebe o repúdio dos brasileiros; na segunda página: A questão de estudar, hoje, pode ter todo o vínculo de alienação do estudo; O fundamental não é o nível de especialização do professor, e sim o seu posicionamento político”. Apenas neste último tema – “O fundamental não é o nível de especialização do professor, e sim o seu posicionamento político” – é que foi inserida a questão da “moradia feminina”, exposta como segue:

AR: Como tu **justifica a presença da mulher** [destaque nosso] na Casa do Estudantil masculina?; GL: Eu mudaria um pouquinho a tua pergunta. Seria como eu vejo a **luta pela moradia feminina** [destaque nosso]; AR: Não se trata disso, da moradia feminina, e sim da **entrada feminina** [destaque nosso] na Casa do Estudante.; GL: **Eu vejo com muito bons olhos. (risos...)**[destaque nosso] Realmente, isto aí foi uma luta que foi levantada dentro da casa do Estudante nº1 aqui do centro, o ano passado, quando foi desenvolvida uma campanha no sentido da **liberdade de acesso** [destaque nosso] das mulheres à Casa do Estudante. Eu acho isso realmente uma coisa muito importante. Não sei se todos têm claro o que é a vida estudantil, é uma peça única, onde moram três ou quatro estudantes, aquele é o ambiente único para eles todos, seja para dormir, seja para estudar, seja para diversão. A vida do morador de Casa de Estudante é bastante reprimida. Então, nesse sentido, a questão do acesso das mulheres é uma abertura a mais. Porque eu vejo isto simplesmente como liberdade das mulheres entrarem na Casa do Estudante, sejam colegas de aula, sejam famílias. Antes chegava uma irmã, a mãe de um morador, **ela tinha que esperar na sala** [destaque nosso] para que fosse chamado o aluno. Hoje não... (A RAZÃO, 25/05/80, s. p.)

Em uma entrevista de duas páginas inteiras, apenas na última página, no último tema, em metade de uma coluna, que é exposta a questão da moradia feminina. Essa fala mostra que há homens dispostos a acolher as mulheres, homens que são discidentes, pois pensam diferente de outros homens. Por outro lado, o jornal entrevistou apenas um homem e nenhuma mulher, que são as principais interessadas neste processo.

A palavra “*invasão*”, segundo o dicionário significa:

1 Ato ou efeito de invadir. 2 Entrada violenta, incursão, ingresso hostil. 3 *Med* Irrupção duma epidemia. 4 *Med* Início de qualquer doença. 5 Difusão súbita e geral. *I. ecológica, Sociol*: entrada, em uma determinada área, de um novo tipo de habitantes que tendem a deslocar os habitantes anteriores ou a fundir-se com eles (MICHAELIS, 2009)

O uso da palavra *invasão* pode indicar que aquele local não era para mulheres, e sim um espaço exclusivo de homens. Neste sentido, as mulheres não estariam *ocupando* por direito, mas sim querendo tomar aquele lugar para elas, pois o eixo central é que a moradia é dos homens. Um lugar, que mediante concepções machistas, não seriam das mulheres. Este espaço, portanto, antes ocupado exclusivamente pelos homens, agora as mulheres ganhavam (ou lutavam?) para ter. As mulheres começam a ter o direito de estudar, conseqüentemente de

morar, e a ser sujeitos de direitos. Porém, se as moradias “masculinas” foram “invadidas” pelas mulheres, podemos significar que realmente, em um dos significados literários da palavra “invadida”, temos: “2 Assumir indevidamente ou por violência; usurpar” (MICHAELIS, 2009).

A palavra *invadida* auxilia na simbologia de as mulheres estarem entrando, ocupando, um local que “por natureza” seriam dos homens. Afinal, as relações de gênero são socialmente construídas, sendo assim, elas estariam usurpando de algo que não era delas. Por isso, talvez, a necessidade de “justificar a presença da mulher”, como se fosse preciso também justificar a “luta” ou “entrada feminina” neste espaço. Fica claro que alguns espaços são prioritariamente ou exclusivamente ocupados por homens.

Além disso, as moradias são *públicas*, pois partem de uma Universidade *pública*. Pereira (2008) explana o que é *Público*, do latim *res* (coisa), *publica* (de todos). Do termo *Público*, se expressa um sentido de universalidade e de totalidade. Pode-se falar, então, da “coisa pública”, o que é de todos. Deste modo, espaços públicos não se invadem, se ocupam, uma vez que pertencem ao povo, independente de serem homens ou mulheres.

Outra questão é que no momento que Lang responde que vê “com muito bons olhos” a “entrada feminina”, seguido de “risos”, podemos inferir que estes risos podem ser no sentido sexualizado. Qual foi a parte engraçada da entrada/invasão das mulheres na casa dos estudantes? Parece que é reforçado uma representação de mulheres como objetos sexuais e mercadorias.

A partir disso, surge certas limitações dentro dessa dita “igualdade de acesso”, se formos examinar com atenção, notaremos que todos estudantes prestam a mesma prova para o ingresso à universidade, mas após ingressar quem têm maiores direitos são os homens, um exemplo é a moradia estudantil, que até meados da década de 1970, era apenas masculina (CEU II, 2008). Pelo fato das mulheres serem barradas de morar na Casa do Estudante pelo seu sexo biológico, consideramos uma limitação à equidade entre gêneros, proposta pela universidade. Isso reflete até nos dias atuais, quando uma mulher é colocada num patamar de invisibilidade frente a política.

A União Universitária “é uma casa de passagem, onde os estudantes moram provisoriamente até conseguirem uma vaga definitiva na Casa do Estudante Universitário” (CEU II, 2008). Antes de existir a União Universitária, os estudantes eram encaminhados direto para a Casa do Estudante. Porém, esta Casa era exclusiva para os homens, então as mulheres iam morar “na parte superior do atual Bar do Pingo, na esquina das ruas Floriano Peixoto e Astrogildo de Azevedo. Este lugar ficou conhecido como CEU III” (SCHNORR;

GRZEGOREK, 2013).

Um fato marcante descrito na página online da CEU II foi quando quatro mulheres queriam estudar na universidade, mas não tinham condições econômicas para moradia, “superaram o preconceito vigente e resolveram ocupar um quarto no Bloco 12, de lá não saindo mais” (CEU II, 2008). Desde então, o bloco 12 tem uma simbologia feminista bem expressiva. Isso fica explícito em setembro de 2011 quando pintam a faixa da casa do estudante e se utilizam do grafite para desenhar uma flor e escrever “Nesse bloco quatro mulheres lutaram pelos seus direitos. Uma flor para elas” (UFSM, 2013).

Notamos a invisibilidade das mulheres até mesmo quando o assunto diz respeito a elas, pois um homem defende a moradia “feminina”, ao invés de as protagonistas, as mulheres, poderem falar sobre este direito. Esta questão também perpassa o lugar das mulheres na política, pois acabam por desempenhar apenas um papel planejado por homens, e na maioria das vezes, ocupado também por homens. Assim, mesmo falando de uma conquista delas, a voz é do homem. Roso (2000) refere que os meios de comunicação reproduzem relações assimétricas de gênero. Essas diferenças atribuídas aos homens e às mulheres produzem e reforçam relações de poder.

Não podemos desconsiderar que as protagonistas dessa vitória foram as próprias mulheres, foi elas que tiveram que tomar a frente da causa, em entrevista foram representadas por um homem, mas, na prática, elas tiveram que desafiar as “regras”. E além disso, podemos olhar para a necessidade de deixar registrado na faixa da Casa do Estudante as suas conquistas e lutas, afinal, foi uma forma de tornar visível a busca por direitos igualitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo apresentar como são engendradas as relações de gênero nos discursos expostos em reportagens do jornal A Razão, no ano de 1980. Um dos primeiros desafios foi quando percebemos a quantidade de material que tínhamos em mão e tivemos que escolher qual período analisar criticamente. Fazendo um recorte do material, vislumbramos a tamanha riqueza que cada reportagem continha e percebemos que uma das limitações deste estudo, foi justamente, não conseguir aprofundar as discussões das reportagens.

Notamos que o que estabelecia uma ligação entre as reportagens era o fato das mulheres serem quase invisíveis no movimento estudantil, mesmo elas, sendo protagonistas de conquistas estudantis e atuantes dentro do movimento. A mídia também pode ser usada como dispositivo de normas e produção de relações de dominação, impondo tarefas.

Guareschi (2009) define que em parte, o termo “mídia” significa “os processos de produção, circulação e recepção de mensagens e conteúdos informacionais nas diferentes plataformas e suportes tecnológicos” (p.81). A mídia é outro personagem que faz parte da nossa casa, na qual criamos uma relação e assim também é parte constituinte da nossa subjetividade, pois o sujeito nunca esta só e é, portanto, o resultado de suas relações. Nesse entendimento, o sujeito segue singular, mas a subjetividade é formada por todas as relações que estabelecemos, e uma delas é com a própria mídia.

Percebemos que a trajetória destas mulheres parte de um processo de luta, na qual consideramos importante o empoderamento das mesmas como uma das estratégias para a equidade entre os gêneros. A colocação delas no espaço de mídia escrita ainda é vinculada com papéis de criar, cuidar, educar, desenvolver – verbos que seguem conjugados no “feminino”, como características naturalizadas do que é ser mulher. Percebe-se, que mesmo tendo uma mulher ou mais de uma mulher presente, o domínio do assunto sempre fica com os homens. As respostas das mulheres parecem tímidas, menores, ou concordando com a afirmação dos homens.

Além disso, as reportagens mostram como as mulheres sempre estavam em um lugar secundário perante os homens. Percebemos que a invisibilidade perpassou todas as reportagens, seja pelo pouco espaço de voz, pela interrupção na fala, pela representatividade de algo que diz respeito a uma conquista das mulheres, ou pela forma como é colada esta conquista, no caso da “invasão”. Seria uma invasão ao mundo que é construído pelos homens e para os homens? Assim, até mesmo quando o assunto diz respeito a elas, um homem defende a moradia “feminina”, ao invés de as protagonistas, as mulheres, poderem falar sobre este direito.

Sendo assim, podemos considerar que as mulheres estão numa posição de invisibilidade dentro do movimento estudantil e na mídia escrita pela forma que propaga as relações de gênero. Esta questão também perpassa o lugar das mulheres na política, pois acabam por desempenhar apenas um papel planejado por homens, e na maioria das vezes, ocupado também por homens. Por este motivo, não deveríamos nem mesmo descrever como “conquistas” das mulheres, ao ponto que é uma *luta pelos direitos*, algo que já deveria ser instituído previamente.

REFERÊNCIAS

A RAZÃO, J **Sobre A Razão**. 2013. Disponível em: <http://www.arazao.com.br/sobre/>. Acesso em: 22 de maio. 2013.

ADRIÃO, K. G.; TONELI, M. J. F. Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro. **Revista Psicologia e Sociedade**, n. 20, p. 465-474, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** . Art. 196-200. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRINGEL, B. O futuro anterior – Continuidades e rupturas nos movimentos estudantis no Brasil. **Revista Eccos**, 11. São Paulo: Uninove, 2009.

CEU II. **História da Casa**. 2008. Disponível em: http://w3.ufsm.br/ceu2/site/?page_id=41. Acesso em: 10 de julho. 2013.

FARAH, M. F. S. **Gênero e políticas públicas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GUARESCHI, P. A produção dos sujeitos: a tensão entre cidadania e alienação. In: Conselho Federal de Psicologia. **Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade**. 2 ed. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 2009.

GUARESCHI, P. Representações sociais, mídia e movimentos sociais. In: Guareschi, P., Hernandez, A., Cárdenas, M. (org). **Representações sociais em movimento: psicologia do ativismo político**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

GUARESCHI, P. **Psicologia Social Crítica: como prática de libertação** (5a. ed.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

HEILBORN, M. L.; ARAUJO, L.; BARRETO, A. Apostila do Curso Capacitação em **“Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça| GPP- GeR: módulo II/** HEILBORN, M. L., ARAÚJO, L., BARRETO, A. (orgs) – Rio de Janeiro: CLAM, CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

JOVCHELOVICHT, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura.** Tradução Pedrinho Guareschi. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MICHAELIS, D. O. **Dicionário de Português Online.** 2008. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=invas%E3o>. Acesso em: 03 de julho. 2013.

MOSCOVICI, S. **Psicologia das Minorias Ativas.** (Grupo de Leitura “Ideologia, Comunicação e Representações Sociais”, resp. Pedrinho A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes, 2011.

MOTTA, A. B. da. Elas começam a aparecer. In: **Nova história das mulheres no Brasil.** Pinsky, C. B. & Pedro, J. M. (Org). São Paulo: Contexto, 2012.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos.** São Paulo: Pontes, 2009.

PEREIRA, P. **Política Social: Temas e questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

PETRÓ, C. M. **O movimento estudantil universitário em Santa Maria (1979-1984): Da reconstrução da UNE às “Diretas Já”.** Monografia de conclusão de especialização em História do Brasil, da Universidade Federal de Santa Maria. Orientador: Prof. Dr. Vitor Otavio Fernandes Biasoli. Santa Maria, Brasil, 2011.

PRÁ, J. R.; SANTOS, T. C. B. dos. Feminismo, Lutas, Conquistas e Reivindicações. In: Guareschi, P., Hernandez, A., Cárdenas, M. (org). **Representações sociais em movimento: psicologia do ativismo político.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

ROSO, A.; GUARESCHI, P. (2007). Megagrupos midiáticos e poder: construção de subjetividades narcisistas. **Política & Trabalho.** Revista de Ciências Sociais, n. 26, p. 37-54. 2007. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/6767/4205>. Acesso em: 09 de setembro. 2012.

ROSO, A. Ideologia e relações de gênero: um estudo de recepções das propagandas de prevenção da AIDS. In: **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 16(2):385-397, abr-jun, 2000.

ROSO, A.; STREY, M. N.; GUARESCHI, P.; BUENO, S. M. N. Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. **Psicologia & Sociedade**, 14 (2), p. 74-94. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n2/v14n2a05.pdf>. Acesso em: 05 de agosto. 2012.

SANTOS, M. F. Lugar de Mulher é na Luta: Considerações Sobre a Participação Feminina no Movimento Estudantil . **Revista Eletrônica de Ciências Sociais - CSOnline**, ano 3, ed. 6, jan./abr, 2009.

SCARPARO, H. **Psicologia e pesquisa: Perspectivas metodológicas**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SCHNORR, J.; GRZEGOREK, F. R. De Cara Nova. **Revista Online .txt**. Edição 17. 2013. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/revistatxt/?p=967>>. Acesso em: 04 jul. 2013

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995. 1989. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 10 de outubro. 2012.

STREY, M. N. Gênero. In: Strey, M. N. et al. **Psicologia social contemporânea** (11 ed.) Petrópolis: Vozes, 2008.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa** (Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS, Trad.). Petrópolis: Vozes, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **A história ganha cores na CEU II**. 2013. Disponível em: http://200.18.45.28/sites/noticias_ufsm/exibir_noticia.php?id=52. Acesso em: 04 de julho. 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado proporcionou a construção de dois artigos apresentados anteriormente. Nestes, um dos desafios foi descrever o que visualizamos nos números e discursos referente à tamanha desigualdade entre gêneros, e segundo, questioná-los.

Entendemos que os sujeitos são parte de um contexto sócio-histórico e que o processo de compreensão do que acontece no presente, deve levar em conta este contexto. Neste sentido, foi importante buscar na história a trajetória das mulheres no ME, pois não tendo este norte, a história do movimento estudantil seria contada com outros detalhes, onde mais reportagens seriam inseridas, tendo em vista que a maioria delas focavam em uma visão e representação dos homens.

Porém, este estudo partiu de um projeto que previa o acompanhamento da entidade local do movimento estudantil, o Diretório central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em todas as suas atividades, um grupo focal e um diário de campo das mulheres ativistas no movimento. Nesta trajetória, acompanhamos várias atividades do DCE UFSM, a partir de janeiro de 2013 e principalmente dos movimentos de “Junho 2013”, considerando o principal deles, a ocupação da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, em que pudemos estar em contato com as articulações e vislumbrar como acontecem as relações de gênero no ME. Acompanhamos as reuniões do DCE e também os Conselhos de Entidades de Base (CEB), onde se reuniam todos os Diretórios Acadêmicos (DAs) da UFSM para discutirem as ações, principalmente referente à ocupação da câmara, com foco na CPI da boate Kiss e a redução da tarifa de ônibus. Realizamos o grupo focal com algumas ativistas do ME. Foi um grupo muito rico em que nos questionamos o quanto ainda temos que caminhar para alcançar posições equitativas na sociedade.

Esta “comparação” referente a quanto, nós, mulheres conseguimos “avançar” pôde ser realizada, pois durante este processo percebemos a importância de discorrer sobre a história do ME, especificamente na trajetória das mulheres no movimento. Foi então que iniciamos a parte da pesquisa documental, pois nos inquietou a invisibilidade, deste caso, não apenas das mulheres, mas do machismo, que perpassava várias ações dentro do movimento. A nossa caminhada, na história de hoje e na história do passado foi registrada em diário de campo, como um trecho que trazemos referente aos primeiros contatos que tivemos com o arquivo histórico do jornal:

Era como se entrar ali eu pudesse voltar ao passado apenas sentindo o cheiro. Era

emocionante estar ali. Porém, para a realização da pesquisa, não havia mesa, nem cadeira. O que fez com que tivéssemos que nos adaptar e encontrar estratégias para “colher” nossos dados. Nesta perspectiva de pesquisa, a coleta se torna uma colheita, pois os pesquisadores sempre pensam nos frutos que esse processo pode dar. Seja para quem escreve, para quem lê, ou entre os espaços em que estes frutos possam caminhar. Aliás, quantas mulheres encontram estratégias para viver suas vidas? A impressão é de um grande arquivo de vida. [OSÓRIO, abril/2013, notas do diário de campo]

Percebemos que uma hierarquia patriarcal está inserida na sociedade e perpassa a política, o que faz com que as mulheres sejam excluídas de espaços de poder. Além disso, mesmo as mulheres tendo algum prestígio dentro do grupo, quem toma a decisão final e anuncia para o público é predominantemente os homens, ou seja, as respostas das mulheres parecem tímidas, menores, ou concordando com a afirmação dos homens. Outra questão é que a colocação delas no espaço de mídia escrita ainda é vinculada com papéis de criar, cuidar, educar, desenvolver – verbos que seguem conjugados no “feminino”, como características naturalizadas do que é ser mulher.

A invisibilidade perpassou todas as reportagens, em que as mulheres acabam por desempenhar apenas um papel planejado por homens, e na maioria das vezes, ocupado também por eles. A ênfase prestada pela mídia escrita continua sendo no ativismo dos homens, como se eles fossem os responsáveis pela influência social e pela transformação da sociedade.

Esta construção não se limita a estes dois artigos apresentados. O material coletado tanto da trajetória de acompanhamento das atividades do DCE UFSM nos dias de hoje, tanto da parte documental, serve como inspiração para o seguimento da pesquisa, visando a importância dos mesmos. Sugere-se, nessa feita, que as mídias escritas desejantes de uma sociedade mais justa modifiquem seus discursos e alinhem-se também a outras formas discursivas, como é o caso dos discursos de mulheres ativistas.

REFERÊNCIAS

A RAZÃO, J. **Sobre A Razão**. 2013. Disponível em: <http://www.arazao.com.br/sobre/>. Acesso em: 22 de maio. 2013.

GIFFIN, K. Corpo e Conhecimento na Saúde Sexual: uma visão sociológica. In: GIFFIN, K.; COSTA, S. H. (org.). **Questões da saúde reprodutiva**, pp.79-94. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos Metafísicos e Epistemológicos na Pesquisa. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 16(2), pp. 245-255. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.

GUARESCHI, P. **Psicologia Social Crítica: como prática de libertação** (5a. ed.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MOSCOVICI, S. **Psicologia das Minorias Ativas**. (Grupo de Leitura “Ideologia, Comunicação e Representações Sociais”, resp. Pedrinho A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes, 2011.

PETRÓ, C. M. **O movimento estudantil universitário em Santa Maria (1979-1984): Da reconstrução da UNE às “Diretas Já”**. Monografia de conclusão de especialização em História do Brasil, da Universidade Federal de Santa Maria. Orientador: Prof. Dr. Vitor Otavio Fernandes Biasoli. Santa Maria, Brasil, 2011.

Thompson, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa** (Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS, Trad.). Petrópolis: Vozes, 1995.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Sobre UNE**. 2013. Disponível em: <http://www.une.org.br/>. Acesso em: 15 de julho. 2013.

VILLELA, W. **Mulher e saúde mental : Da importância do conceito de gênero na abordagem da loucura feminina**. Tese de Doutorado. Mimeo. FMUSP. São Paulo, 1992.